

SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE
TOMADA DE PREÇOS
Nº 001/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente à Construção de uma UBS Unidade Básica de Saúde (Tipo I – Localizada no Povado Jiquiri – Município de Minador do Negão\ AL.

SESSÃO PÚBLICA:

08 /02/2023

08:30 hs



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo de Retirada de Edital
TOMADA DE PREÇO N° 001/2023
(Processo Administrativo n° 2023 420232001001

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ N°: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do Edital da TOMADA DE PREÇOS acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Obs: Preenchimento com “letra de forma”

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO, AL**, com sede administrativa no endereço Av. Belarmino Vieira Barros por meio da sua Comissão Permanente de Licitação, realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, em regime de execução por empreitada de preço global, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA E PARA O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. Até às 08h30 horas (horário local), do dia 08/02/2023, no endereço Av. Belarmino Vieira Barros para entrega dos Envelopes nº 01, com os documentos de habilitação, e nº 02, com a proposta de preços, além das declarações complementares.

1.1.1- Será permitido que o licitante protocole seus envelopes de Habilitação e Proposta para fins de participação no certame, sem que tenha representante legal credenciado, podendo optar por protocolar no protocolo geral da Prefeitura Municipal até um dia antes da data fixada para a realização da licitação ou optar por protocolar no dia do certame, nesse caso, só será permitido o protocolo



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

diretamente junto a CPL, até o horário de início dos trabalhos, previsto no subitem anterior.

1.1.2- No dia designado para a realização dessa licitação, a CPL estará a disposição dos interessados a partir das 8:00h, na sala de reuniões, onde ocorrerá a licitação

1.2. No mesmo horário, data e local descritos no item anterior terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

1.3. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 001
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO
NEGRÃO, AL.
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ 12.237.038 \ 0001-61)



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ENVELOPE Nº 002
PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO
NEGRÃO, AL.
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ 12.237.038 \ 0001-61)

1.4. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para o setor de licitações no endereço indicado no Item 1.1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares.

2. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

2.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

2.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor, no caso de



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

sociedades comerciais e de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas. Em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

2.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial e: registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

2.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

2.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pela comissão de licitação no início da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente à **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente à Construção de uma UBS Unidade Básica de Saúde (tipo) I Localizada no Povoado Jiquiri – Município de Minador do Negrão**, mediante o regime empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico anexo a este Edital, que é parte integrante do presente instrumento.

3.2. A licitação compõe-se de único LOTE, conforme planilha constante do Projeto Básico anexo a este edital, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço global.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação correrão à conta de recursos próprios, prevista no orçamento do órgão para o corrente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Dotação Orçamentária: 10.301.0005.5002

Projeto \ Atividade: Construção e Reforma da UBS.

Natureza da Despesa : 44.90.51 – Obras e Instalações

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

compatível com o objeto desta licitação.

5.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução da obra, e desde que executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

5.3. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que apresente o Plano de Recuperação aprovado pela Justiça, anexando aos documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos neste edital.

5.4. Não poderão participar desta licitação:

5.4.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e art. 7º da Lei 10.520/02;

5.4.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.5. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.4.6. Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

5.4.7. Servidor ou dirigente do órgão responsável por esta licitação;

5.4.8. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.4.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Participarão desta licitação entidades com cadastro regular na PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO, bem como entidades não cadastradas.

6.2. A título de habilitação no certame, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação no Envelope nº 01:

6.2.1. Habilitação jurídica:

6.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de todas as eventuais alterações e do documento de identificação do empresário individual;

6.2.1.2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações ou da consolidação



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

respectiva e do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador (es), e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.2.1.6. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

6.2.1.7. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

6.2.1.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2.1.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.2.1.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

6.2.1.7.4. O registro previsto na Lei nº 5.764/71, art. 107;

6.2.1.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

6.2.1.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

6.2.1.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.2.1.8. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação.



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2.2. Regularidades fiscal e trabalhista:

6.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

6.2.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.2.2.8. Os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista deverão ter sido expedidos a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estes não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor.

6.2.3. Qualificação Técnica:

6.2.3.1. Os licitantes deverão observar as disposições previstas no item 9.12. Qualificação Técnica do Projeto Básico, o qual estabelece as exigências e os documentos relativos à qualificação técnica que deverão ser apresentados no Envelope 02 – habilitação.

6.2.3.2. O descumprimento de qualquer exigência prevista no Projeto Básico ensejará a INABILITAÇÃO da empresa.

6.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

6.2.5. A habilitação econômico-financeira far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.2.6. Certidão negativa de protesto, falência ou recuperação judicial ou



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias antes, contados da data da sua apresentação;

6.2.7. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta:

6.2.8. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

6.2.9. As empresas constituídas a menos de 01 ano deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;

6.2.10. Na hipótese de ser o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial;

6.2.11. A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), **maiores ou iguais a 1 (um)**, resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$SG = \text{Ativo Total}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

6.2.12. O licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer índice será inabilitado.

6.2.13. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

6.2.14. Comprovação do recolhimento da garantia da proposta, conforme disposto neste Edital;

6.2.15. Os licitantes deverão apresentar Garantia de proposta nas seguintes modalidades: dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia, conforme discriminado a qual será devolvida aos licitantes em até 30 (trinta) dias após a realização da Licitação. Esta garantia de Proposta não sofrerá nenhum processo de atualização monetária por parte da Administração, exceto na hipótese de ser efetuada em dinheiro.

6.2.15.1. Em se tratando de dinheiro, este deverá ser depositado no Banco do Brasil, Ag.: 0136-8, Conta Corrente nº. 11.549-5.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2.16. O recibo emitido pelo Banco deverá constar do Envelope nº 01 (Habilitação).

6.2.17. O valor da Garantia de Proposta será computado em 1% do valor estimado desta licitação.

6.2.18. A Garantia de Proposta será executada:

6.2.19. Se o Licitante retirar sua proposta durante o período de validade; ou

6.2.20. No caso do Licitante vencedor, se este, dentro do limite do tempo especificado, não assinar o contrato ou não fornecer a garantia de execução exigida.

6.2.21. A Garantia de Proposta feita sob a modalidade de Títulos da Dívida Pública, só será considerada válida se comprovada pelo proprietário quanto à liquidez, validade e registro do título junto ao Banco Central ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

6.2.22. A Garantia de Proposta deverá ser válida por pelo menos 120 (cento e vinte) dias além da validade da proposta.

6.2.23. A Garantia de Proposta poderá ser convertida em parte da Garantia de Execução Contratual da licitante vencedora.

7. DA VISTORIA

7.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Projeto Básico, PODENDO a licitante realizar vistoria nas condições



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

abaixo:

7.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 às 14 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (82) – (9931- 9827 Engenheiro Joao Paulo), 82- (9100 8228 - Infra - estrutura) 82 – (99969 -2380 – Setor de Licitações).

7.1.2. O prazo para vistoria terá início no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

7.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

7.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública.

7.1.5. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta, apresentada no Envelope nº 02, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

8.1.1. A razão social e CNPJ da empresa licitante.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos.

8.1.3. O valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso.

8.1.4. A Planilha de Custos e Formação de Preços, em conformidade com o padrão constante no Projeto Básico anexo a este edital.

8.1.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.1.4.2. Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

8.1.4.3. Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99.

8.1.4.4. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.1.5. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, em conformidade com o padrão constante no Projeto Básico anexo a este edital.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.1.5.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.1.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

8.1.5.3. A alíquota do ISS cotada pelo licitante deverá ser compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, conforme o percentual constante na planilha de composição que integra o Projeto Básico anexo a este edital.

8.1.5.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no

BDI (TCU, Súmula 254).

8.1.5.5. Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

8.1.5.6. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

8.1.5.7. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.1.5.8. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

8.1.5.9. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, não superior ao limite indicado no projeto básico, se houver.

8.1.6. Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada.

8.2. O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua entrega.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como a declaração complementar, e procederá à abertura da licitação.

9.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.1.2. A declaração complementar deverá ser entregue separadamente dos envelopes acima mencionados e consiste no seguinte documento:

9.1.2.1. Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, apta a usufruir do tratamento



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme modelo constante em anexo deste edital.

9.1.2.1.1. A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

9.1.2.1.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.1.2.1.3. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

9.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

9.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

9.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.1. Não ocorrendo a inabilitação por força da situação acima mencionada, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

9.5.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.6. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope n° 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

9.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

9.7.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

9.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.8. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

9.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

9.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Será considerado inabilitado o licitante que:

10.1.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.1.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

10.2. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.3. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.4. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O critério de julgamento será o menor preço GLOBAL.

11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes presentes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas e utilizar-se, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.

11.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, imediatamente, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.9.1. Produzidos no País;

11.9.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.9.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.9.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.12. Será desclassificada a proposta que:

11.12.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.12.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.12.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

11.12.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

11.12.5. Apresentar, na composição de seus preços:

11.12.5.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

11.12.5.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

11.12.5.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

11.12.6. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

11.12.6.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.

11.12.6.2. Nessa situação, será facultado ao licitante a comprovação da viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.13. Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado supere o preço de referência discriminado nos projetos anexos a este Edital;

11.14. Será igualmente desclassificada a proposta na qual se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Edital.

11.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo suficiente para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

11.16. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.17. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.18. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.19. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.20. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados para o órgão licitante (protocolo geral), instalado no endereço constante no preâmbulo deste edital.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.5. O recurso será dirigido à autoridade superior do órgão, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário, no prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

13.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13.3. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
e

13.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica a ser indicada pelo órgão.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

13.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.12. Será considerada extinta a garantia:

13.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.12.2. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

15. DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.1. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da Ordem de Serviços pela Contratada, cujas etapas observarão o cronograma constante em anexo a este instrumento;

16.2. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 10 (dez) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório;

16.2.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

16.3. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

16.3.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas;

16.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.4. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa.) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

16.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo;

16.4.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.6. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

16.6.1. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.7. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

16.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

16.9. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

18. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e os materiais empregados.

19.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada.

19.3. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.3.1. Não produziu os resultados acordados;

19.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou

19.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.4. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta.

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

20.2.2. Multa moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.2.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato.

20.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

20.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante, pelo prazo de até dois anos;

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

20.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

20.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

20.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

20.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do órgão e cobrados judicialmente.

20.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

21. DA IMPUGNAÇÃO

21.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

21.4. A impugnação deverá ser realizada por petição protocolada no endereço constante no preâmbulo deste edital (protocolo geral), instruída com os documentos necessários ao seu conhecimento, devidamente anexados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

22.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

22.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

contratação.

22.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

22.14. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública.

22.15. Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail.

22.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na sede do órgão, localizada no endereço constante no preâmbulo, em dias úteis, no horário das 08 às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Cacimbinhas, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

22.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.18.1. ANEXO I – Projeto Básico, Normas, Especificações Técnicas, Memorial Descritivo, Planilha orçamentária de custo e formação de preços, Memória de cálculo, Planilha de composição de preço unitário, Planilha de composição de BDI, Cronograma Físico-Financeiro, QCI, Curva ABC, Itens de Maior Relevância Técnica e Projeto Executivo;

22.18.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

22.18.3. ANEXO III – Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

22.18.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;

22.18.5. ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato.

Município de Minador do Negrão, AL em XXXXX de XXXXXXX de 2022.



Prefeitura de

**Minador
Do Negro**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vanessa Maria Pinto da Silva Barros
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

Projeto Básico, Normas, Especificações Técnicas, Desenhos e memoriais, Planilha orçamentária, memória de cálculo, composição do BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Curva ABC e Itens de Maior Relevância Técnica



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II

**Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da
Constituição Federal**

“colocar em papel timbrado da licitante”

DECLARAÇÃO

_____ (identificação da licitante) com sede no endereço
_____, (endereço completo) inscrita no CNPJ/MF
sob o nº _____, vem através de seu representante legal abaixo assinado, em
atenção à Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, DECLARAR expressamente, sob as
penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da
República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: “(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e
qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

partir de quatorze anos”, para fins de habilitação na Tomada de Preços de nº 01/2023 da Prefeitura Municipal de Minador do Negrão, AL.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007)

“colocar em papel timbrado da licitante”

DECLARAÇÃO

_____ (identificação da licitante) com sede no endereço _____, (endereço completo) inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da Lei, seu enquadramento como:

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma,

“OU”

Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007,

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na Tomada de Preço de nº XXXX/2023 da Prefeitura Municipal de Minador do Negrão .

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV

Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

“colocar em papel timbrado da licitante”

DECLARAÇÃO

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

Nome: _____

Função: _____



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO DE OBRA DE ENGENHARIA Nº TP XX/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO, E A EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO,AL com sede na Avenida Belarmino Vieira Barros , CEP 57.615- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.237.038\0001-61, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Josias Soares da Silva , CPF nº xxxxxxxx e RG nº xxxxxxxx SSP/SP, com interveniência da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado por sua Secretária xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada no endereço _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por _____, Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº xxxxxxxxxxxxxxxx** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, bem como do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Tomada de Preço nº XX/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UBS Unidade Básica de Saúde (tipo I – Localizada no Povoado Jiquiri – Município de Minador do Negrão, AL,** mediante o regime empreitada por preço global, que será executada nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência e de execução deste Termo de Contrato, respectivamente, XX (XXXXX) meses contados, respectivamente, da assinatura do contrato e da emissão de ordem de serviços.

2.2. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da Ordem de Serviços pela Contratada, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____
(_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém, poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) ou outro que vier a substituí-lo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação correrão à conta de recursos próprios, prevista no orçamento do órgão para o corrente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXX
Dotação Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXX
Elemento de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXX
Fonte de Recursos: XXXXXXXXXXXXXXXX

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 05 (cinco) dias, observadas as condições previstas no Edital.

6.2. O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. A fiscalização da contratação será exercida pela servidor Joao Paulo de Amorim , Engenheira Civil, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, designada gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

7.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico;

7.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

9.1.1. Fica vedada a subcontratação dos itens que compõem as parcelas de maior



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

relevância e valor significativo da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

12.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Edital.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Cacimbinhas, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

1. **Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.**

MINADOR DO NEGRÃO, AL, XXXXXX de XXXXXX de 2023.

JOSIAS SOARES DA SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINADOR DO NEGRÃO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Prefeitura de

**Minador
Do Negrão**

GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

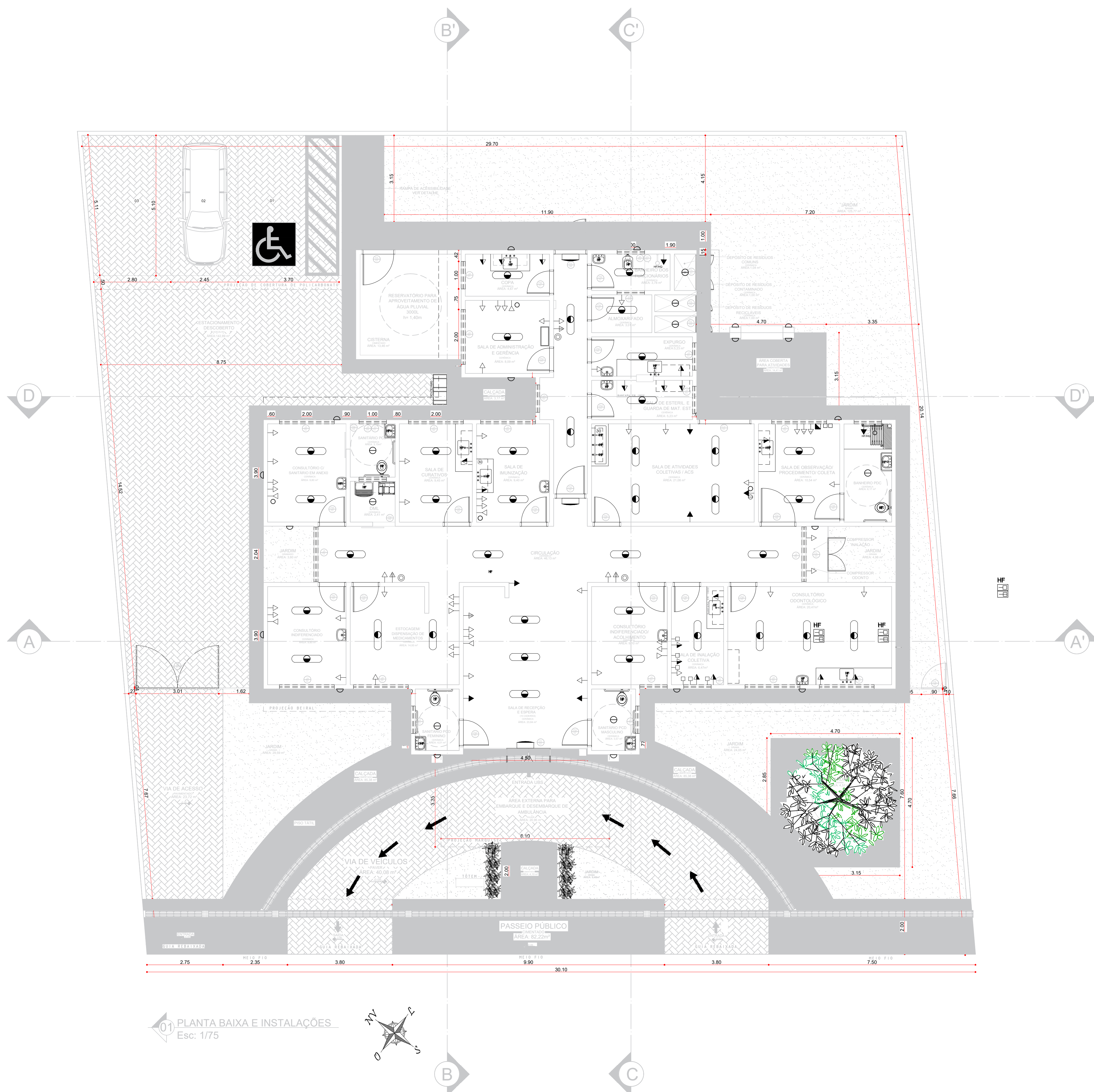
ANEXO DO CONTRATO Nº TPXX/2023

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Minador do Negrão, e a empresa _____, cujos serviços e respectivos preços estão a seguir descritos na planilha orçamentária anexada, em face da realização da Tomada de Preços nº xx/2023

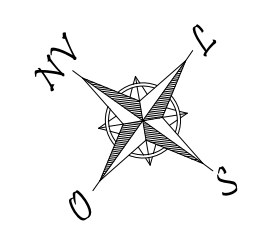
OBSERVAÇÕES:

- A planta de instalações é apenas um parâmetro para a elaboração dos projetos complementares. Seu objetivo principal é atender a RCD nº 50/ 2003 (ANVISA). Quanto a necessidade de pontos de instalações especiais, cabendo aos profissionais de cada área de instalações atender a RDC nº 50/2003, bem como outras legislações e normativas vigentes;
- As necessidades e características específicas dos pontos de instalação para equipamentos deverão ser revisados conforme a marca e modelo de cada equipamento a ser instalado segundo informação dada pelo proprietário do estabelecimento.

QUADRO DE INSTALAÇÕES	
SISTEMA DE EMERGÊNCIA CLASSE < 0.5s	
→	Tomada de energia baixa (0,30m do piso acabado);
☐	Bloco de iluminação de emergência com lâmpada fluorescente e bateria interna com autonomia mínima de 1 hora, conforme NBR 10868;
OBS: Todo o sistema deverá ser aterrado;	
SISTEMA COMUM	
☉	Iluminação geral com lâmpada fluorescente tipo cahn;
⊖	Iluminação geral com lâmpada fluorescente compacta;
⊕	Iluminação geral com arandela incandescente (1,85m do piso acabado);
→	Tomada de energia baixa (0,30m do piso acabado);
→	Tomada de energia média (1,10m do piso acabado);
→	Tomada de energia alta (1,60 m do piso acabado);
→	Tomada de energia alta (2,20 m do piso acabado);
→	Tomada de energia alta (2,20 m do piso acabado);
☐	Rack cabotamento estruturado;
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	
○	Ponto de Lógica (0,30 m do piso acabado);
⊙	Ponto de Lógica (1,50 m do piso acabado);
☒	Ponto de chamada de enfermagem (1,65 m do piso acabado);
⊖	Tomada de telefone baixa (0,30 m do piso acabado);
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	
HF	Água Fria;
HFQ	Água Quente;
OBS: Todos os raios deverão ter furo Hídrico e Tampa com fechamento autocleanável;	
OBS: As instalações de Água da área sujeita de lavandaria deverão ser todas apertadas;	
INSTALAÇÕES FLUIDOS MECÂNICOS	
⊖	Ponto de ar comprimido medicinal embutido no piso;
⊖	Ponto de vácuo embutido no piso;
⊖	Ponto de ar comprimido medicinal embutido (1,10 m do piso acabado);
⊖	Ponto de vácuo embutido (1,10m do piso acabado);
⊖	Ponto de ar comprimido portátil;
⊖	Ponto de vácuo portátil;
OBS: A altura dos pontos, deverá ser confirmada com o Proprietário/ Gestor do estabelecimento de saúde;	



01 PLANTA BAIXA E INSTALAÇÕES
Esc: 1/75



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO
End.: R. Belarmino Vieira de Barros, 32
CEP:57615-000
CNPJ: 12.237.038/0001-61



CONSTRUÇÃO DE UMA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) TIPO I LOCALIZADA NO POVOADO JIQUIRI - MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO - AL.

PROPRIETÁRIO _____
RESP. TÉCNICO _____
ARQUITETO _____

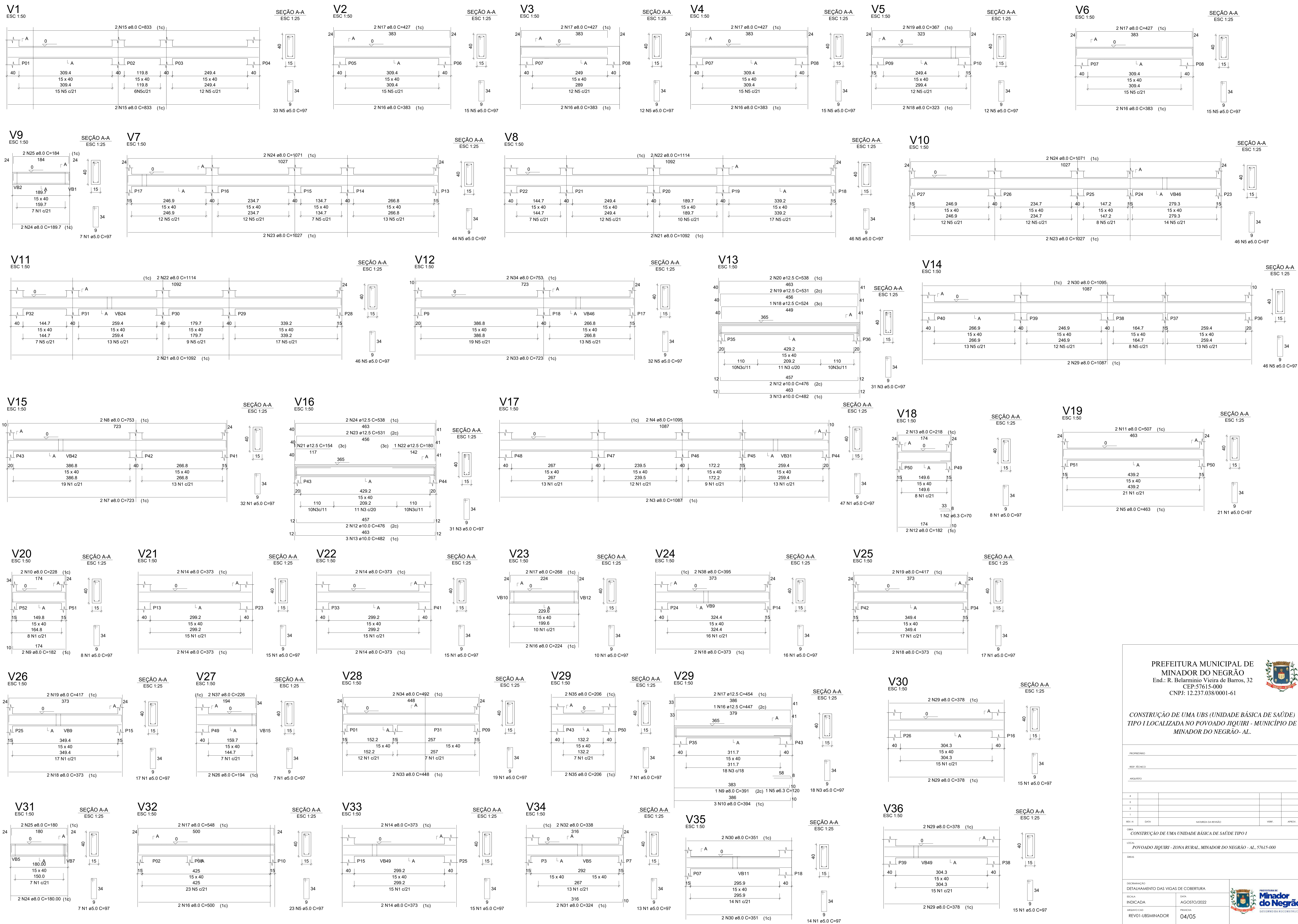
4					
3					
2					
1					
REV. N	DATA	NATUREZA DA REVISÃO	VERF.	APROV.	

OBRA
CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO I

LOCAL
POVOADO JIQUIRI - ZONA RURAL, MINADOR DO NEGRÃO - AL, 57615-000

ÁREAS

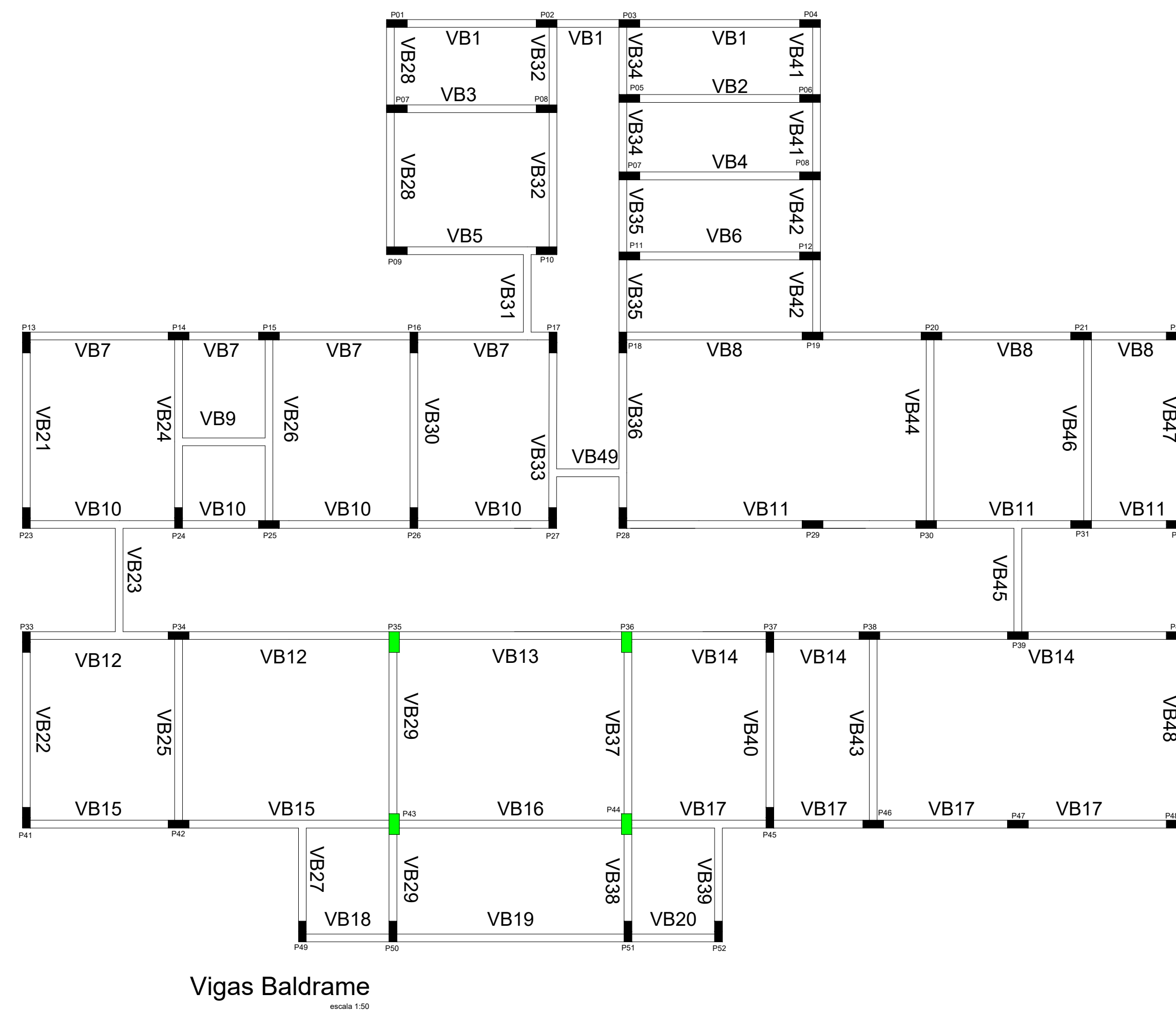
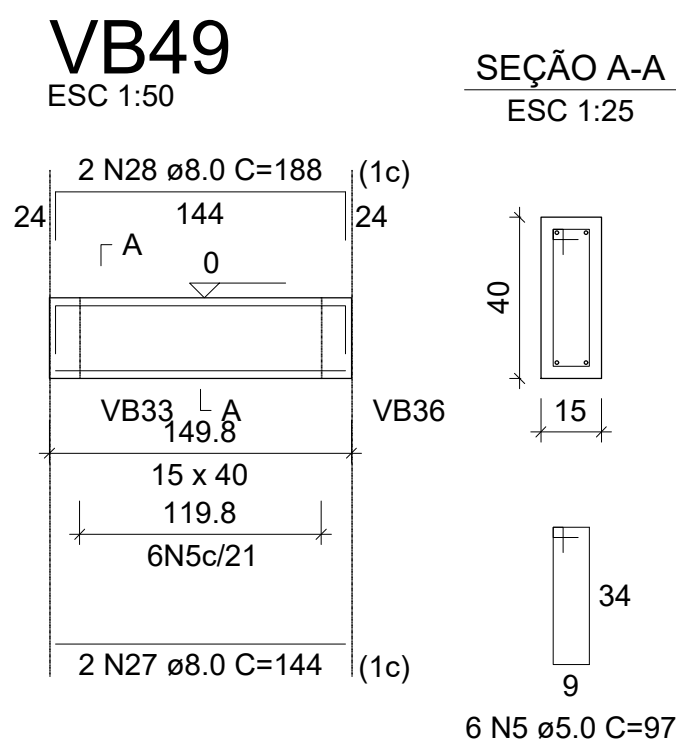
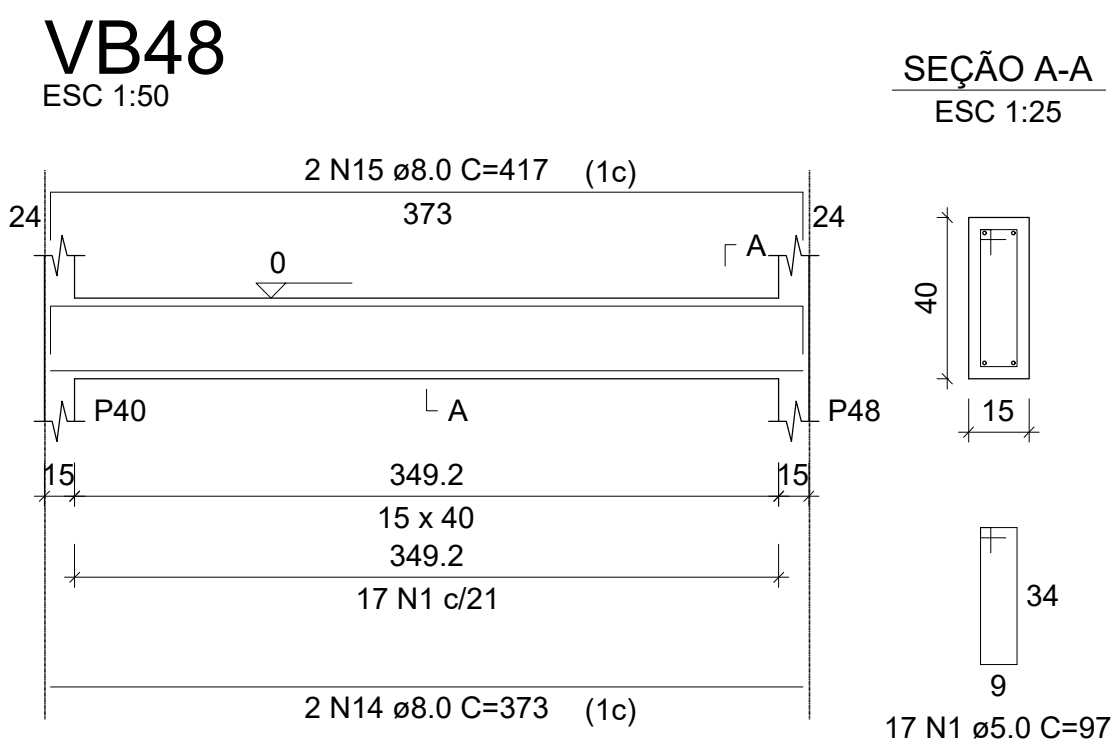
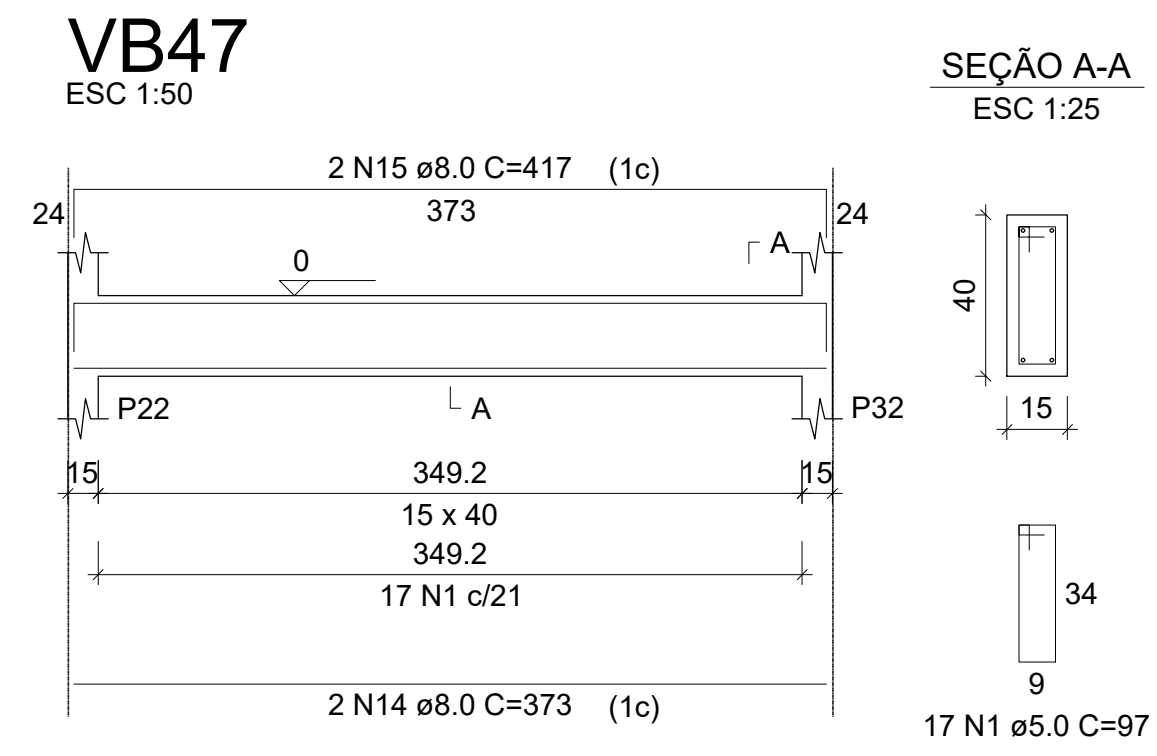
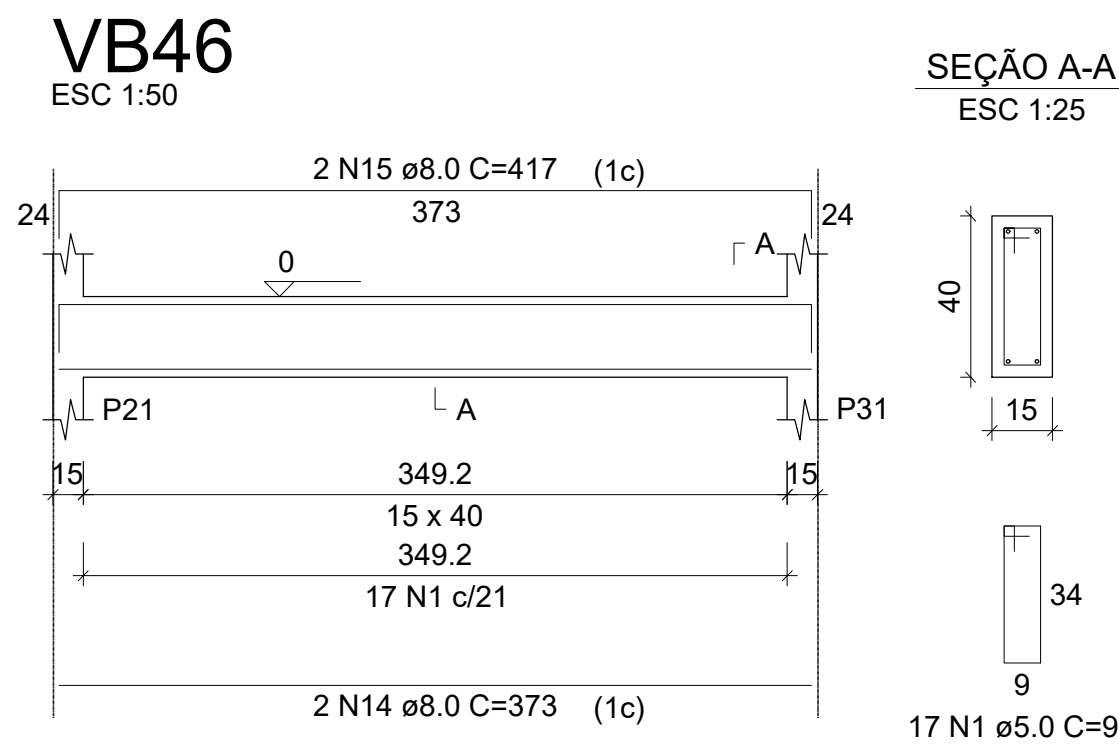
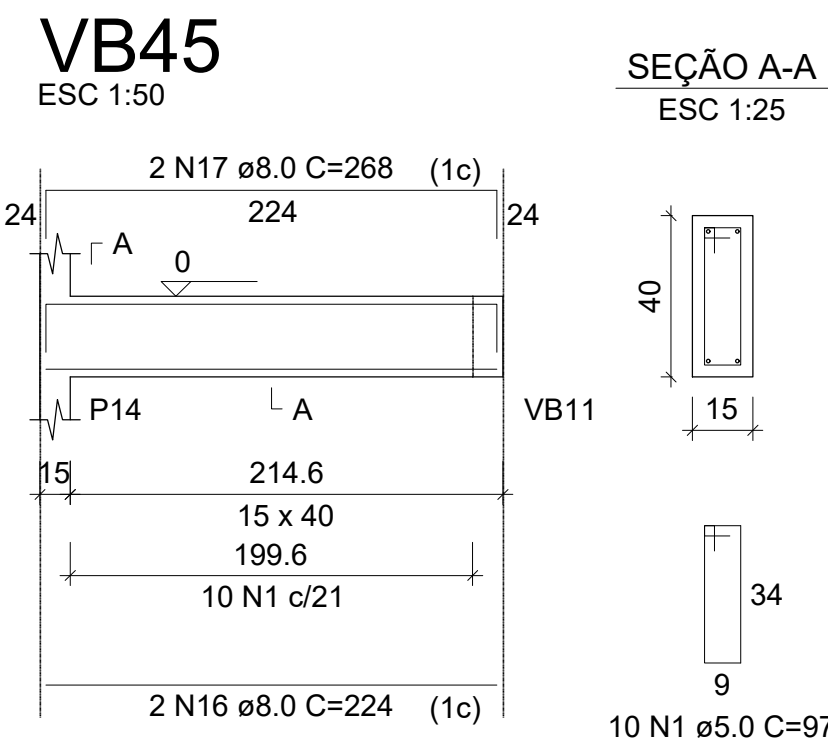
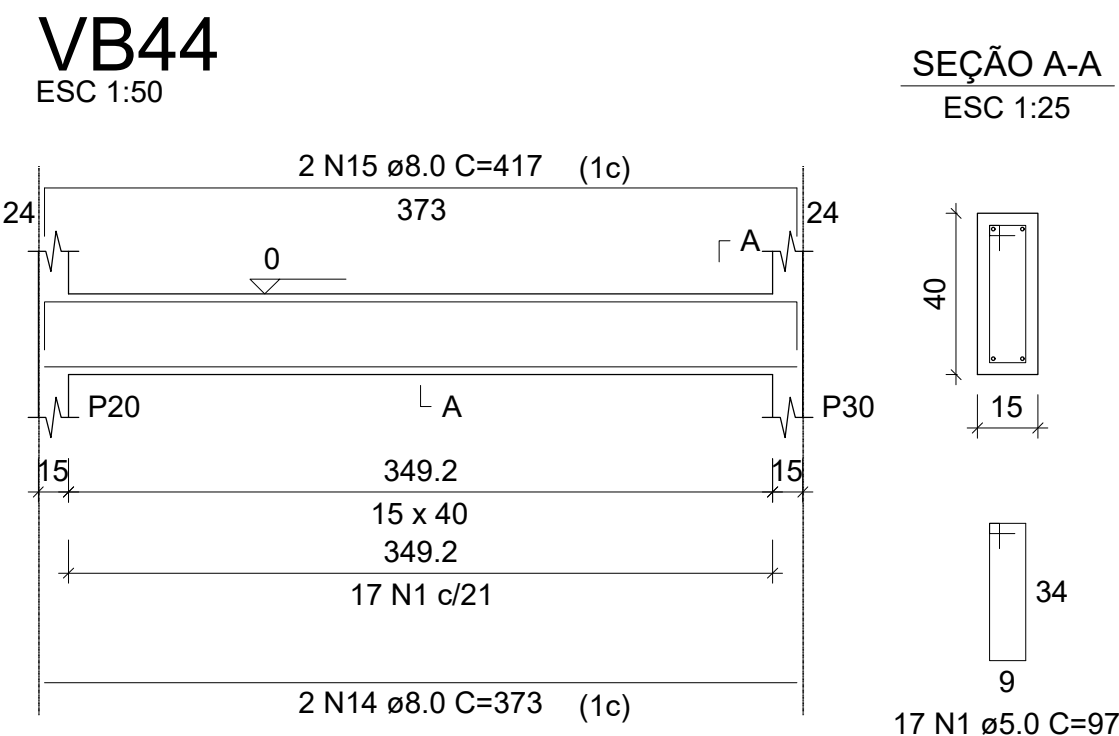
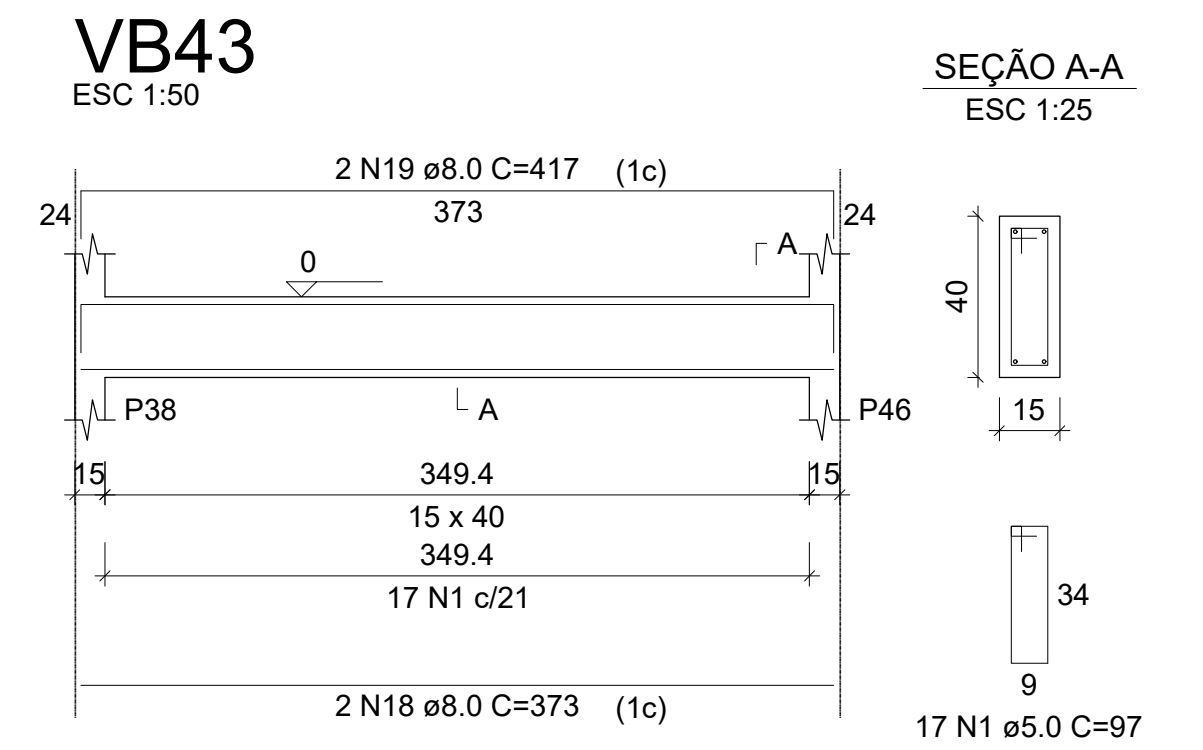
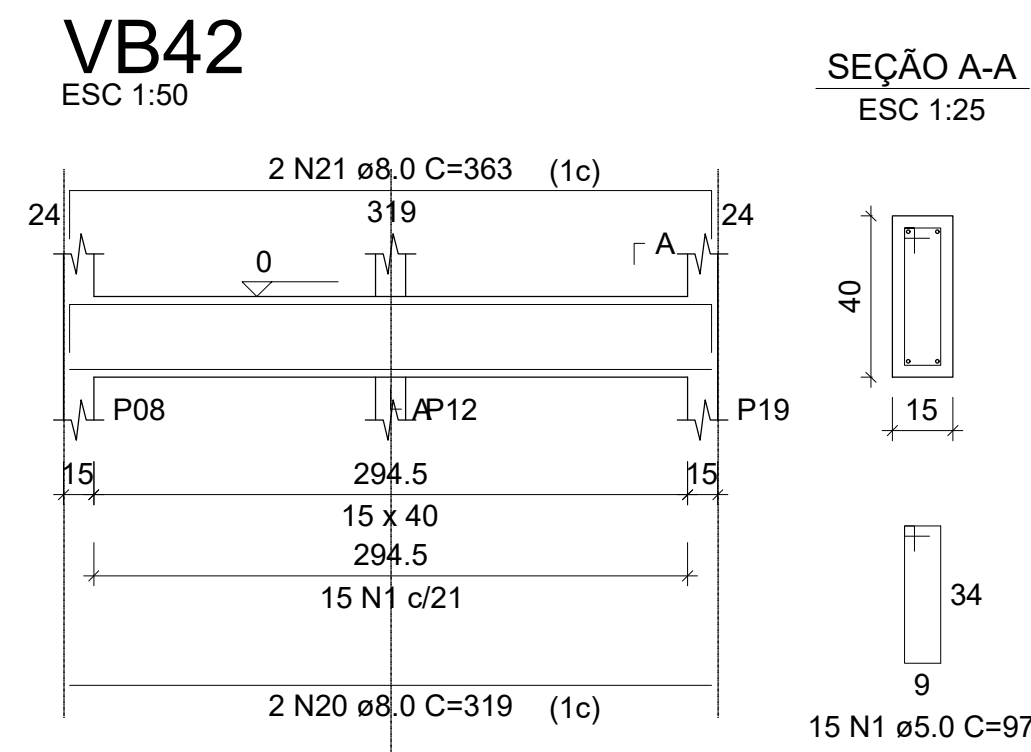
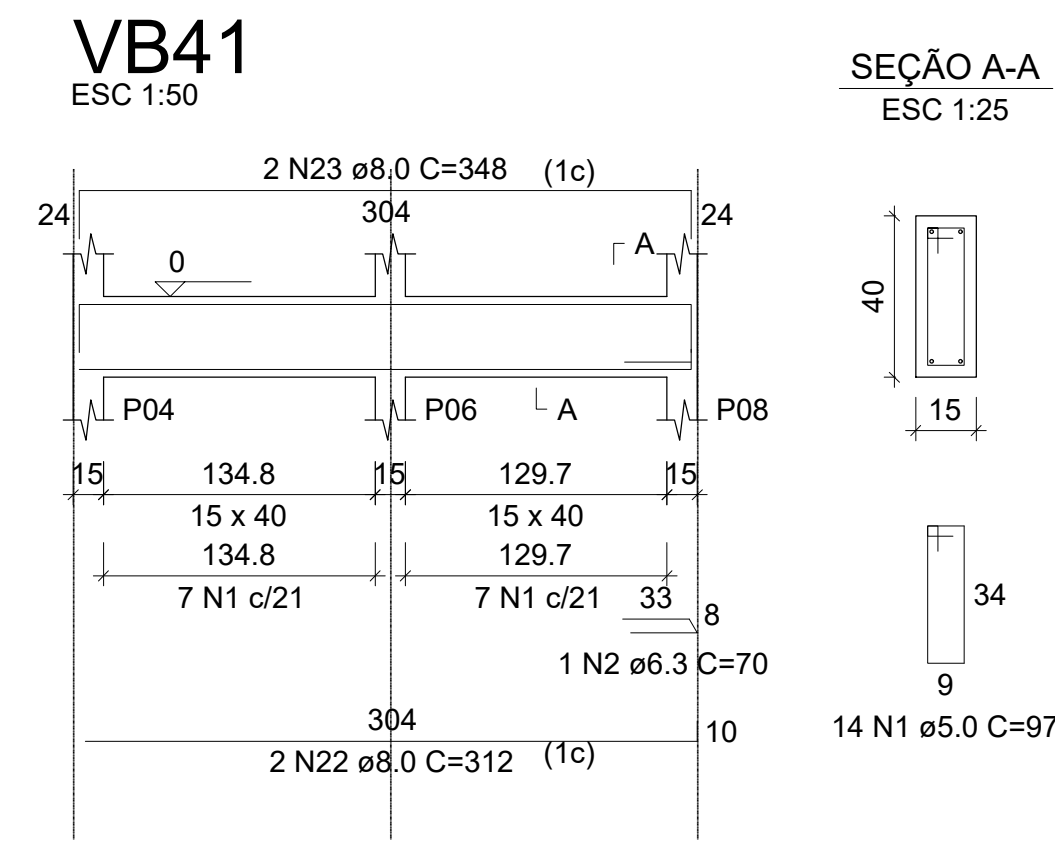
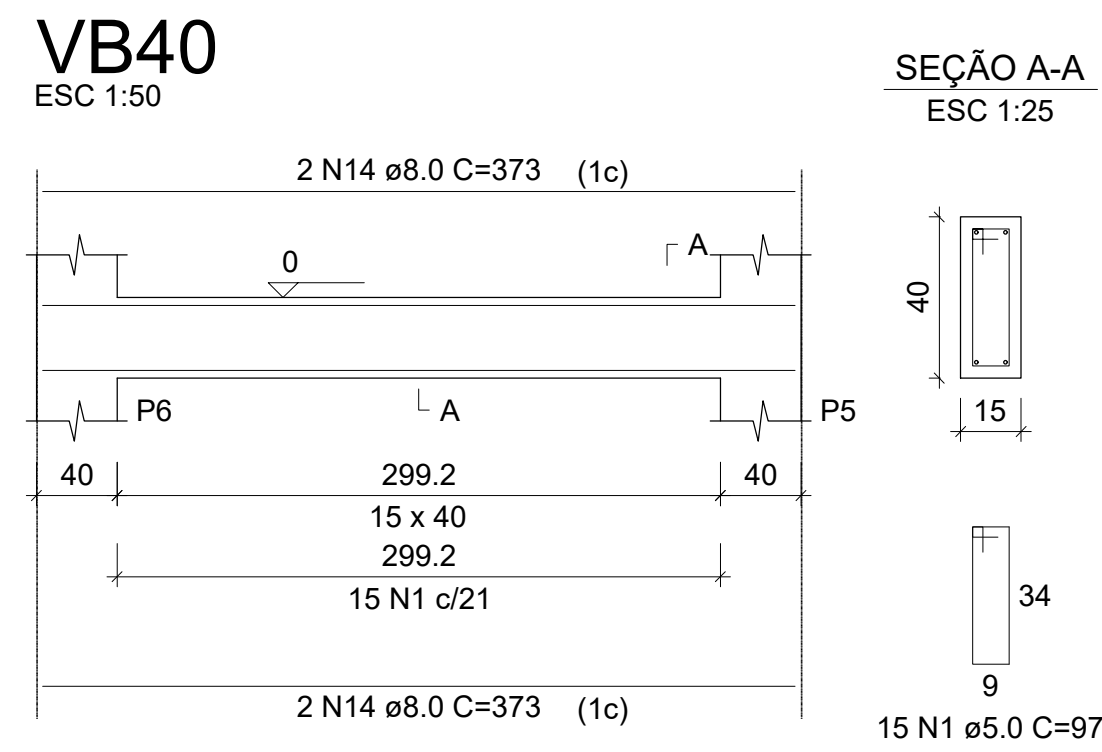
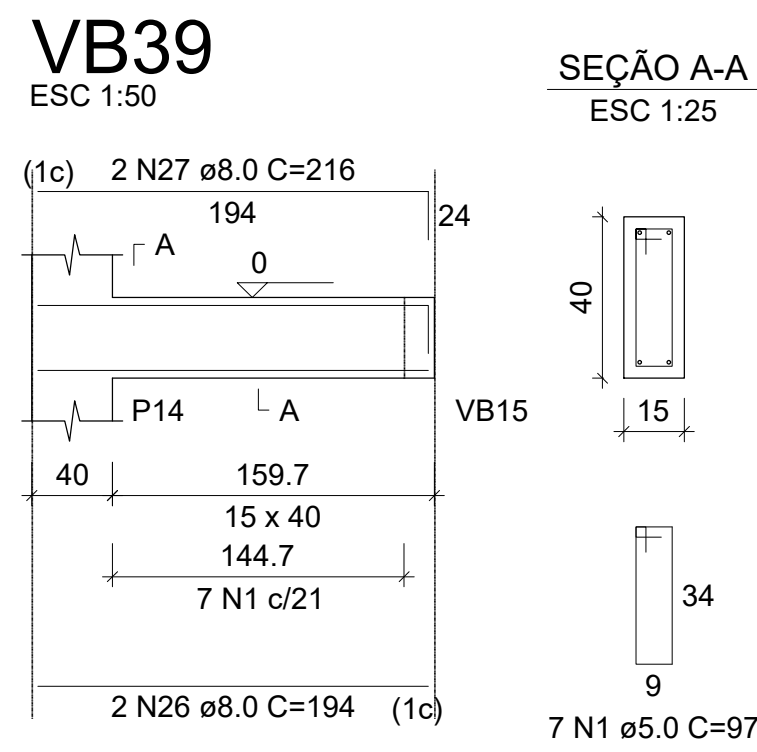
DISCRIMINAÇÃO PLANTA BAIXA E INSTALAÇÕES		<p>PREFEITURA DE Minador do Negão GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO</p>
ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO/2022	
ARQUIVO CAD	FRANCHA	
REV01-LUMINOTÉCNICO UBS	01/01	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO
 End.: R. Belarmino Vieira de Barros, 32
 CEP: 57615-000
 CNPJ: 12.237.038/0001-61

CONSTRUÇÃO DE UMA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) TIPO I LOCALIZADA NO POVOADO IQUIRI - MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO - AL.

PROPRIETÁRIO			
RESP. TÉCNICO			
ARQUITETO			
4			
3			
2			
1			
DATA	NÚMERO DA REVISÃO	VISÃO	APROV.
LOCAL: POVOADO IQUIRI - ZONA RURAL, MINADOR DO NEGRÃO - AL. 57615-000			
ABREVI:			
DESCRIMINAÇÃO: DETALHAMENTO DAS VIGAS DE COBERTURA			
ESCALA	DATA		
INDICADA	AGOSTO/2022	PREFEITURA DE Minador do Negráo GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO	
ARQUIVO CAD	FECHA		
REV01-UBS-MINADOR	04/05		



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINADOR DO NEGRÃO
End.: R. Belarmino Vieira de Barros, 32
CEP:57615-000
CNPJ: 12.237.038/0001-61



CONSTRUÇÃO DE UMA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE)
TIPO I LOCALIZADA NO POVOADO JIQUIRI - MUNICÍPIO DE
MINADOR DO NEGRÃO- AL.

PROPRIETÁRIO	
RESP. TÉCNICO	
ARQUITETO	

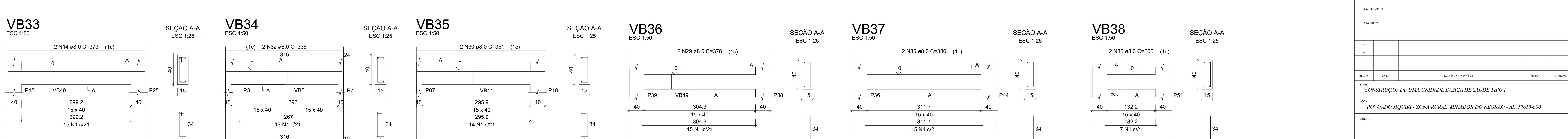
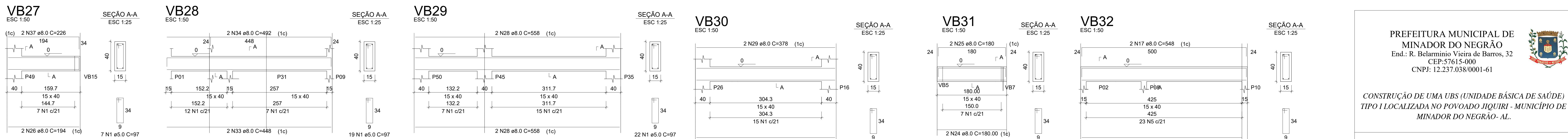
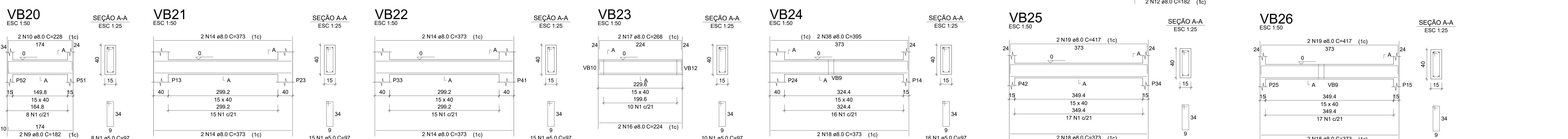
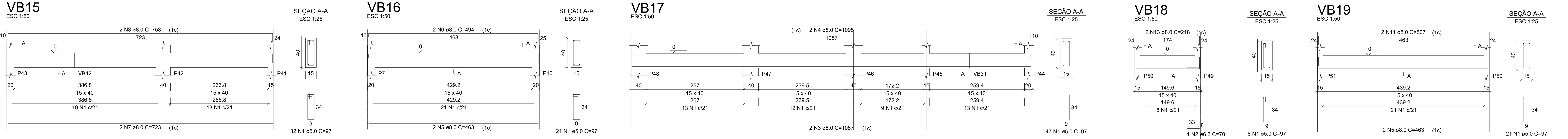
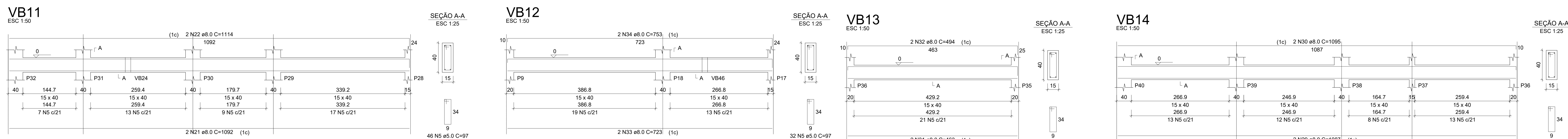
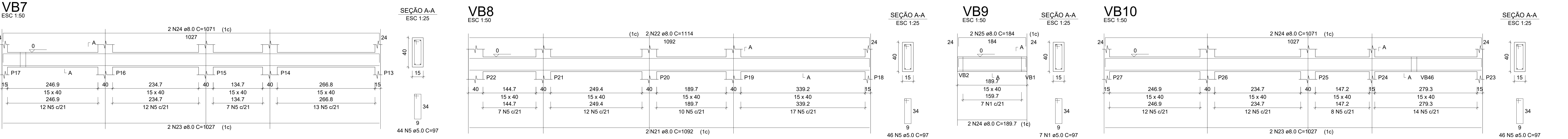
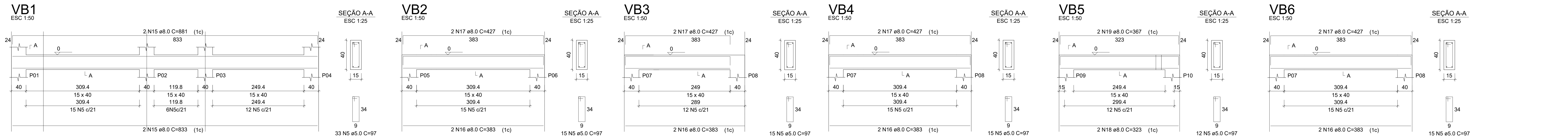
4					
3					
2					
1					
REV. N	DATA	NATUREZA DA REVISÃO	VERF.	APROV.	

OBRA
CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO I

LOCAL
POVOADO JIQUIRI - ZONA RURAL, MINADOR DO NEGRÃO - AL, 57615-000

ÁREAS

DISCRIMINAÇÃO DETALHAMENTO DAS VIGAS BALDRAMES		<p>PREFEITURA DE Minador do Negão GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO</p>
ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO/2022	
ARQUIVO CAD	FRANCHA	
REV01-UBSMINADOR	03/05	



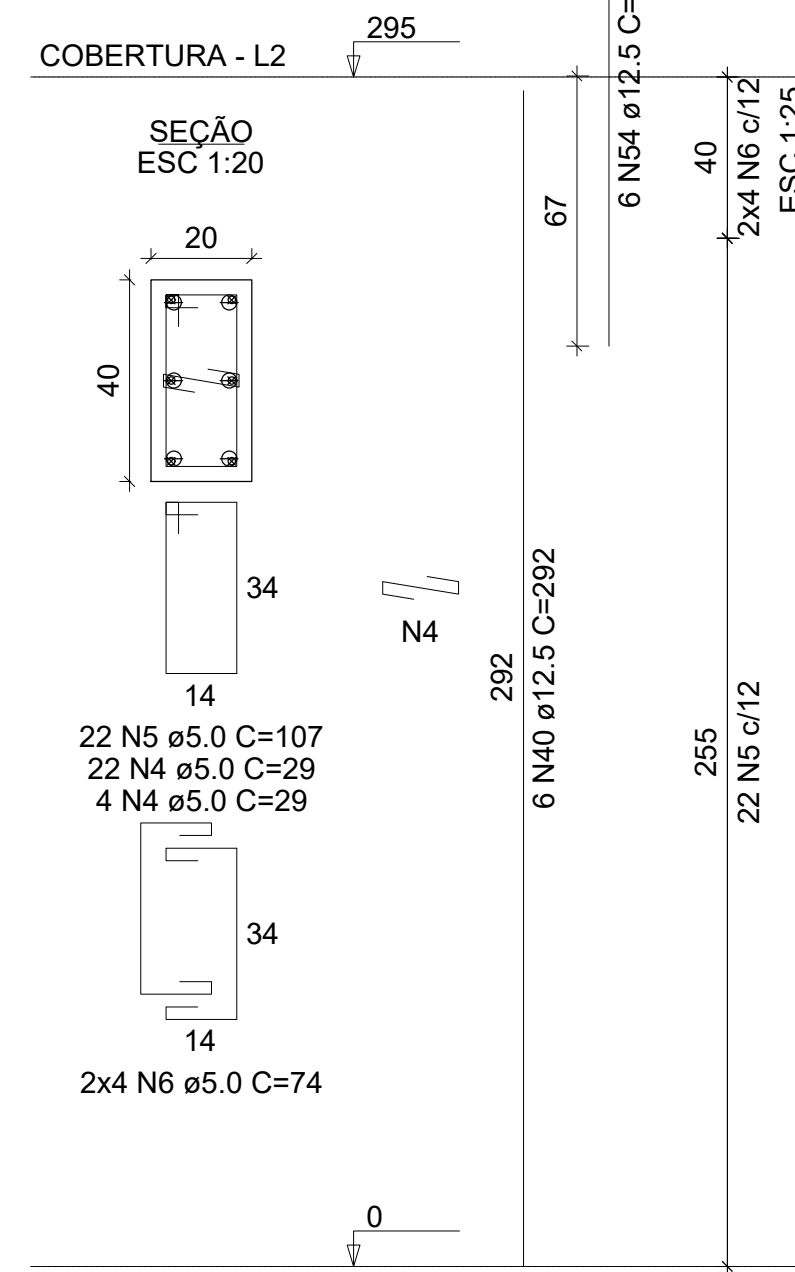
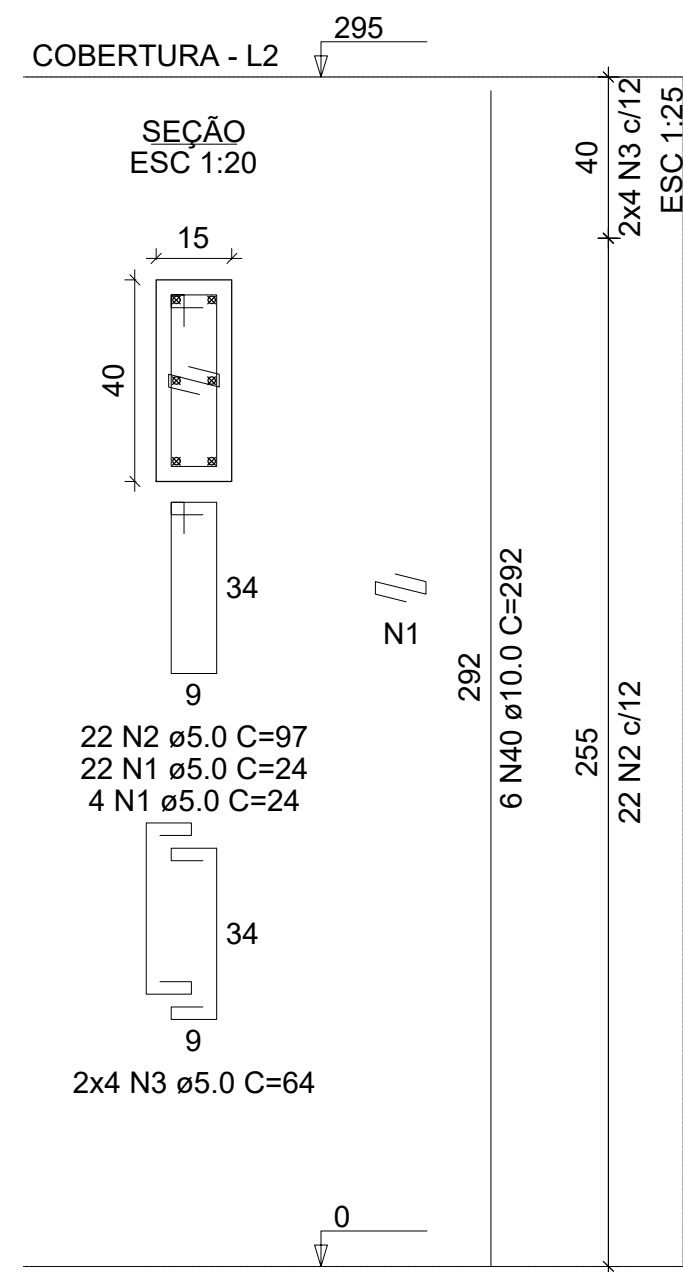
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO
 End.: R. Belarmino Vieira de Barros, 32
 CEP:57615-000
 CNPJ: 12.237.038/0001-61

CONSTRUÇÃO DE UMA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) TIPO I LOCALIZADA NO POVOADO JIQUIRI - MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO - AL.

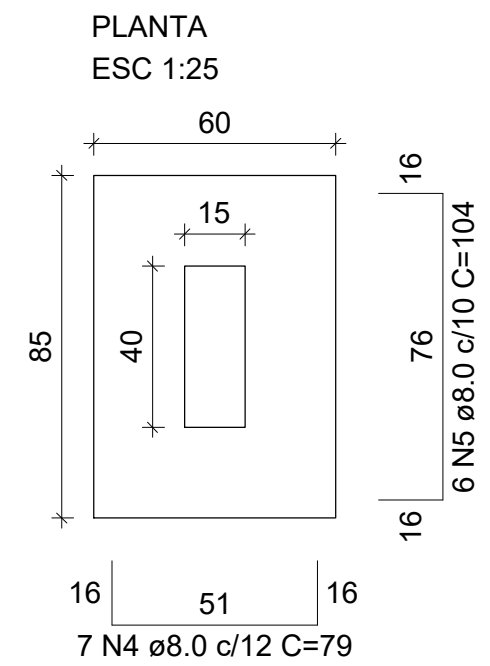
PROPRIETÁRIO			
RESP. TÉCNICO			
ARQUITETO			
4			
3			
2			
1			
REV. N.	DATA	NATUREZA DA REVISÃO	VISÃO
TÍTULO: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO I			
LOCAL: POVOADO JIQUIRI - ZONA RURAL, MINADOR DO NEGRÃO - AL. 57615-000			
ÁREA:			
DESCRIÇÃO DO DETALHAMENTO		DETAHAMENTO DAS VIGAS BALDRAMES	
ESCALA	INDICADA	DATA	AGOSTO/2022
ARQUIVO CAD	REV01-UBS-MINADOR	FECHA	02/05

P1=P2=P3=P4=P5=P6=P7=P8=P9=P10=P11=P12
P13=P14=P15=P16=P17=P18=P19=P20=P21=P22
P23=P24=P25=P26=P27=P28=P29=P30=P31=P32
P33=P34=P37=P38=P39=P40=P41=P42=P45=P46
P47=P48=P49=P50=P51=P52

P35 = P36 = P43 = P44

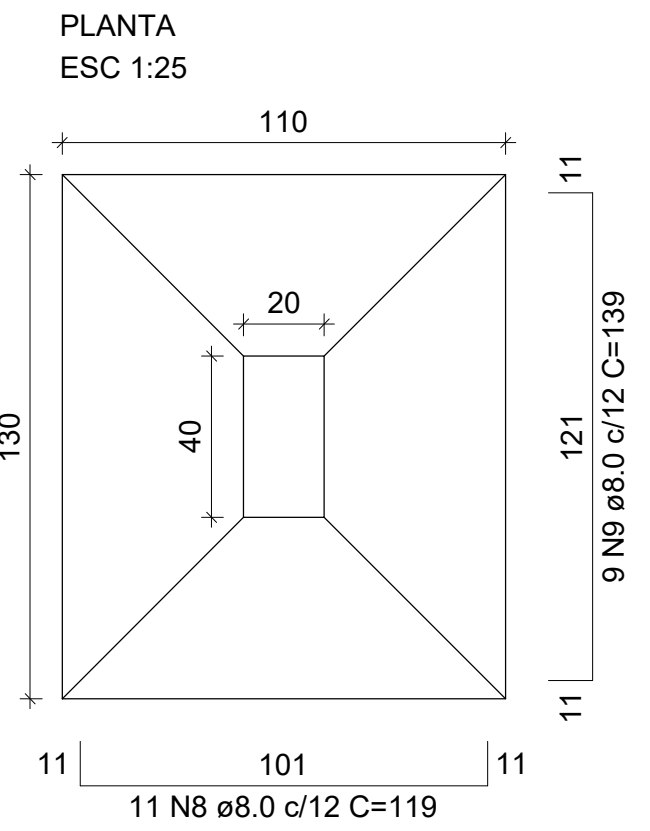


S1=S2=S3=S4=S5=S6=S7=S8=S9=S10
S11=S12=S13=S14=S15=S16=S17=S18
S19=S20=S21=S22=S23=S24=S25=S26
S27=S28=S29=S30=S31=S32=S33=S34
S37=S38=S39=S40=S41=S42=S45=S46
S47=S48=S49=S50=S51=S52



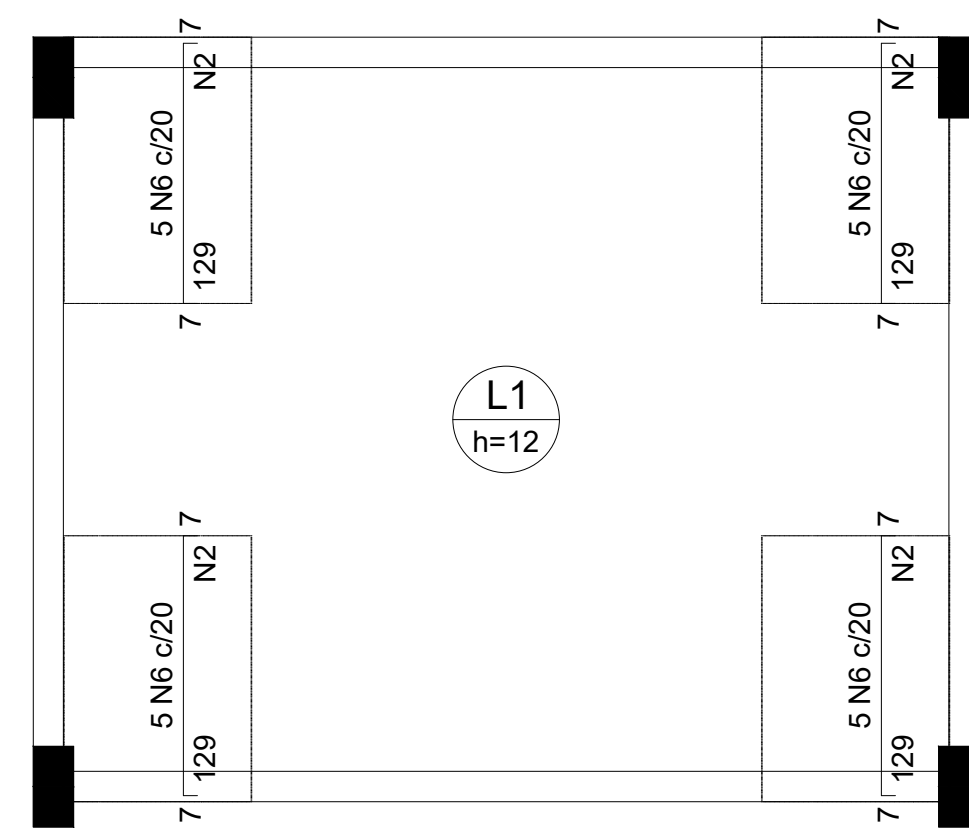
Solo com capacidade de suporte > 2.53 kgf/cm²
Solo compactado sobre a sapata
peso específico > 1600.00 kgf/m³

S35=S36=S43=S44



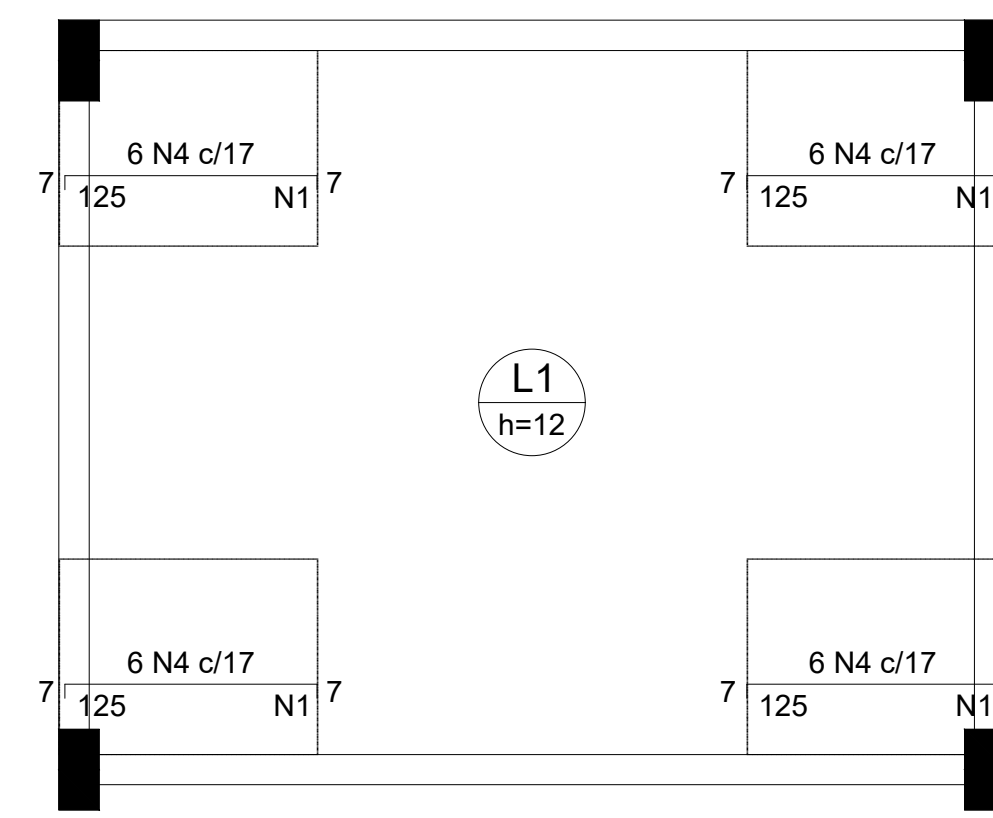
Solo com capacidade de suporte > 2.53 kgf/cm²
Solo compactado sobre a sapata
peso específico > 1600.00 kgf/m³

Armação negativa das lajes do pavimento Reservatório Elevado (Eixo Y)



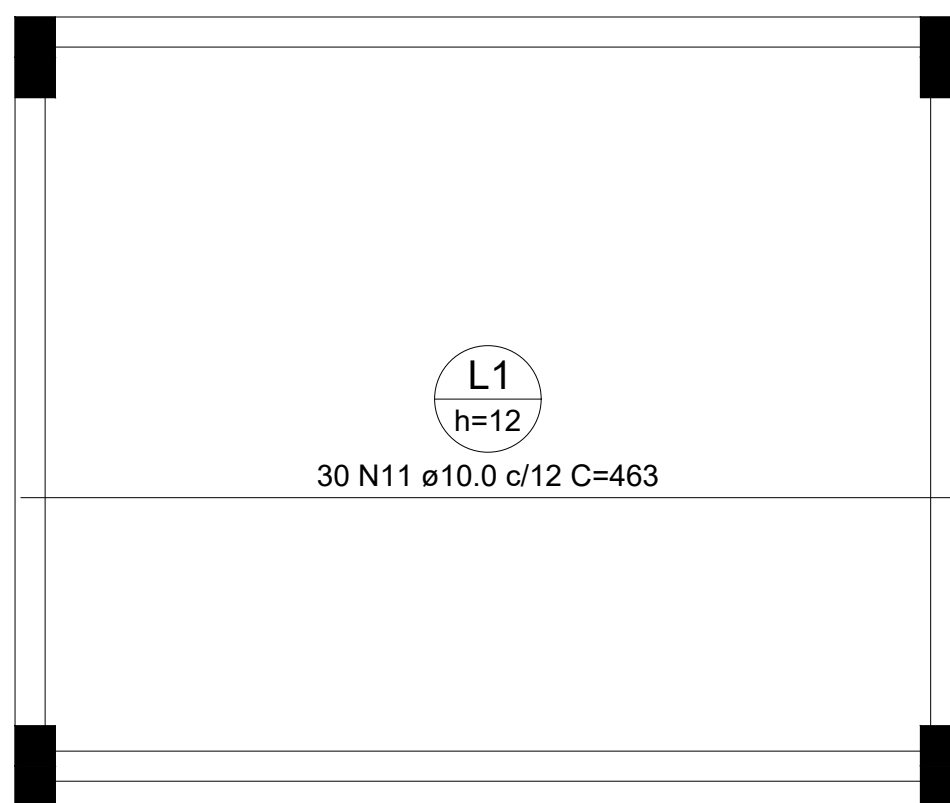
Escala 1:50

Armação negativa das lajes do pavimento Reservatório Elevado (Eixo X)



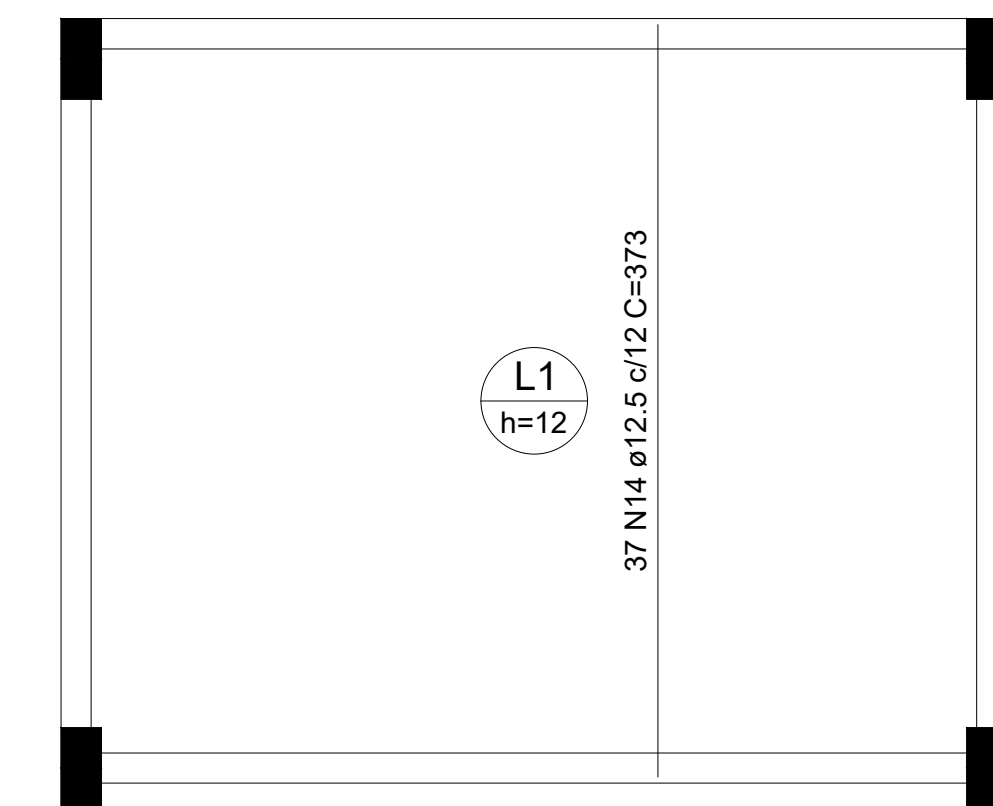
Escala 1:50

Armação positiva das lajes do pavimento Reservatório Elevado (Eixo X)



Escala 1:50

Armação positiva das lajes do pavimento Reservatório Elevado (Eixo Y)



Escala 1:50

PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINADOR DO NEGRÃO
End.: R. Belarmino Vieira de Barros, 32
CEP:57615-000
CNPJ: 12.237.038/0001-61



CONSTRUÇÃO DE UMA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) TIPO I LOCALIZADA NO POVOADO JIQUIRI - MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO- AL.

PROPRIETÁRIO				
RESP. TÉCNICO				
ARQUITETO				

4					
3					
2					
1					
REV. N	DATA	NATUREZA DA REVISÃO	VERF.	APROV.	

OBRA
CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO I

LOCAL
POVOADO JIQUIRI - ZONA RURAL, MINADOR DO NEGRÃO - AL, 57615-000

ÁREAS

DISCRIMINAÇÃO PLANTA FUNDAÇÃO / BLOCOS E PILARES / LAJE MACIÇA		
ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO/2022	
ARQUIVO CAD REV01-UBSMINADOR	FRANCHA 01/05	
GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO		



**OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) TIPO I LOCALIZADA NO POVOADO JIQUIRI
LOCAL: MINADOR DO NEGRÃO - AL**

COMPOSIÇÃO DE PREÇO

COMPOSIÇÃO 03	95952	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO), FCK = 25 MPA. (BLOCOS, VIGA BALDRAME, COLUNAS E VIGAS)					M³
		ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	COEFICIENTE	P. UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA
1527	SINAPI	Concreto usinado bombeável, classe de resistência c25, com brita 0 e 1, slump = 100 +/- 20 mm, inclui serviço de bombeamento (nbr 8953)	m3	1,103	R\$ 497,57	R\$ 548,82	R\$ -
92415	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de pilares retangulares e estruturas similares, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 2 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 103,76	R\$ -	R\$ -
92427	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de pilares retangulares e estruturas similares, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 8 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 40,70	R\$ -	R\$ -
92451	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de viga, escoramento com garfo de madeira, pé-direito simples, em chapa de madeira resinada, 2 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 141,99	R\$ -	R\$ -
92463	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de viga, escoramento com garfo de madeira, pé-direito simples, em chapa de madeira resinada, 8 utilizações. af_09/2020	m2	1,87	R\$ 239,45	R\$ 447,77	R\$ -
92510	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de laje maciça, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 2 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 35,85	R\$ -	R\$ -
92522	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de laje maciça, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 8 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 18,47	R\$ -	R\$ -
92759	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 16,53	R\$ -	R\$ -
92760	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 11,75	R\$ -	R\$ -
92761	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 11,31	R\$ -	R\$ -
92762	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 10,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 15,09	R\$ -	R\$ -
92763	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 12,5 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 8,70	R\$ -	R\$ -
92764	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 16,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 8,39	R\$ -	R\$ -
92765	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 20,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 9,57	R\$ -	R\$ -
92766	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 25,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 9,41	R\$ -	R\$ -
92768	SINAPI	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 11,13	R\$ -	R\$ -
92769	SINAPI	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 11,05	R\$ -	R\$ -
92770	SINAPI	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_12/2015	kg		R\$ 10,76	R\$ -	R\$ -
103673	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m3	1	R\$ 28,46	R\$ 28,46	R\$ -
95944	SINAPI	Armação de escada, de uma estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af_11/2020	kg		R\$ 15,22	R\$ -	R\$ -
95945	SINAPI	Armação de escada, de uma estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af_11/2020	kg		R\$ 13,08	R\$ -	R\$ -
96533	SINAPI	Fabricação, montagem e desmontagem de fôrma para viga baldrame, em madeira serrada, e=25 mm, 2 utilizações. af_06/2017	m2		R\$ 87,18	R\$ -	R\$ -
96543	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame e sapata utilizando aço ca-60 de 5 mm - montagem. af_06/2017	kg	0,23	R\$ 4,50	R\$ 1,04	R\$ -
96544	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame ou sapata utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af_06/2017	kg		R\$ 13,11	R\$ -	R\$ -
96546	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame ou sapata utilizando aço ca-50 de 10 mm - montagem. af_06/2017	kg	1	R\$ 16,99	R\$ 16,99	R\$ -
101982	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma para escadas, com 2 lances em "u" e laje plana, em chapa de madeira compensada plastificada, 8 utilizações. af_11/2020	m2		R\$ 134,81	R\$ -	R\$ -
TOTAL DO SERVIÇO						R\$ 1.043,08	

COMPOSIÇÃO 04	95952	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO), FCK = 25 MPA. (COLUNAS E VIGAS)					UNID.
		ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	COEFICIENTE	P. UNITÁRIO	MATERIAL	MÃO DE OBRA
1527	SINAPI	Concreto usinado bombeável, classe de resistência c25, com brita 0 e 1, slump = 100 +/- 20 mm, inclui serviço de bombeamento (nbr 8953)	m3	1,103	R\$ 497,57	R\$ 548,82	R\$ -
92415	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de pilares retangulares e estruturas similares, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 2 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 103,76	R\$ -	R\$ -
92427	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de pilares retangulares e estruturas similares, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 8 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 40,70	R\$ -	R\$ -
92451	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de viga, escoramento com garfo de madeira, pé-direito simples, em chapa de madeira resinada, 2 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 141,99	R\$ -	R\$ -
92463	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de viga, escoramento com garfo de madeira, pé-direito simples, em chapa de madeira resinada, 8 utilizações. af_09/2020	m2	1,87	R\$ 239,32	R\$ 447,53	R\$ -
92510	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de laje maciça, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 2 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 35,85	R\$ -	R\$ -
92522	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma de laje maciça, pé-direito simples, em chapa de madeira compensada resinada, 8 utilizações. af_09/2020	m2		R\$ 18,47	R\$ -	R\$ -

92759	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem. af 12/2015	kg	7,13	R\$ 127,19	R\$ 906,86	R\$ -
92760	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 11,75	R\$ -	R\$ -
92761	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af 12/2015	kg	0,09	R\$ 1,58	R\$ 0,14	R\$ -
92762	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 10,0 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 15,09	R\$ -	R\$ -
92763	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 12,5 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 8,70	R\$ -	R\$ -
92764	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 16,0 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 8,39	R\$ -	R\$ -
92765	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 20,0 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 9,57	R\$ -	R\$ -
92766	SINAPI	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 25,0 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 9,41	R\$ -	R\$ -
92768	SINAPI	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 11,13	R\$ -	R\$ -
92769	SINAPI	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 11,05	R\$ -	R\$ -
92770	SINAPI	Armação de laje de uma estrutura convencional de concreto armado em um edifício de múltiplos pavimentos utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af 12/2015	kg		R\$ 10,76	R\$ -	R\$ -
103673	SINAPI	Lançamento com uso de bomba, adensamento e acabamento de concreto em estruturas. af 12/2015	m3	1	R\$ 28,45	R\$ 28,45	R\$ -
95944	SINAPI	Armação de escada, de uma estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af 11/2020	kg		R\$ 15,22	R\$ -	R\$ -
95945	SINAPI	Armação de escada, de uma estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem. af 11/2020	kg		R\$ 13,08	R\$ -	R\$ -
96533	SINAPI	Fabricação, montagem e desmontagem de fôrma para viga baldrame, em madeira serrada, e=25 mm, 2 utilizações. af_06/2017	m2		R\$ 87,18	R\$ -	R\$ -
96543	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame e sapata utilizando aço ca-60 de 5 mm - montagem. af 06/2017	kg		R\$ 18,38	R\$ -	R\$ -
96544	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame ou sapata utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem. af 06/2017	kg		R\$ 13,11	R\$ -	R\$ -
96546	SINAPI	Armação de bloco, viga baldrame ou sapata utilizando aço ca-50 de 10 mm - montagem. af 06/2017	kg		R\$ 15,91	R\$ -	R\$ -
101982	SINAPI	Montagem e desmontagem de fôrma para escadas, com 2 lances em "u" e laje plana, em chapa de madeira compensada plastificada, 8 utilizações. af 11/2020	m2		R\$ 134,81	R\$ -	R\$ -
TOTAL DO SERVIÇO						R\$	1.931,81

Processo : 420232001001/ 2023

Objeto : Contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia, referente a Construção de uma UBS no povoado Jiquiri no Município de Minador do Negrão, Alagoas.

Órgão : PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO(AL).

**PARECER TÉCNICO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023**

ANÁLISE E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

A análise para verificação de atendimento dos documentos de habilitação técnica, apresento pela licitante participante, aos quesitos solicitados, encontra-se esquematizados no quadro a seguir:

ITEM	- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 30, LEI N.º 8.666/93)	
	Certidão de Registro e Prova de Quitação da empresa e de seu (s) responsável (is) técnico (s) da região a que estiverem vinculados, junto ao CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura “CREA” caso o responsável técnico seja Engenheiro Civil e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo “CAU” caso o responsável técnico seja Arquiteto, atualizados, em observância ao art. 69 da Lei Federal nº 5.194/66, e art. 1º, inciso II da Resolução do CONFEA nº 265/79.	
JULGAMENTO		
Nº	EMPRESA	SITUAÇÃO
01	L MONTEIRO	Atende ao solicitado em edital
02	PROENG CONSTRUÇÕES	Atende ao solicitado em edital
03	PRUDENTE E CIA CONSTRUTORA	NÃO Atende ao solicitado em edital
04	PERFIL ENGENHARIA	Atende ao solicitado em edital
05	CONSTRUTORA TERRA FORTE LTDA	Atende ao solicitado em edital
06	JR ENGENHARIA LTDA	Atende ao solicitado em edital
07	WL ENGENHARIA	Atende ao solicitado em edital
08	VEGAS CONSTRUÇÕES CIVIL E LOCAÇÕES LTDA	Atende ao solicitado em edital
09	STC ONSTRUÇÕES LTDA	Atende ao solicitado em edital
10	JC3 ENGENHARIA LTDA	Atende ao solicitado em edital
11	F.J. SANTANA ENGENHARIA EIRELI	Atende ao solicitado em edital
12	WT CONSTRUÇÕES LTDA	Atende ao solicitado em edital
13	SELETA COMERCIO EMPREENDIMENTOS	Atende ao solicitado em edital
14	FERRARI ENPREENDIEMENTOS EIRELI	Atende ao solicitado em edital
15	PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Atende ao solicitado em edital
16	RM ENGENHARIA EIRELI	Atende ao solicitado em edital
17	WSO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	Atende ao solicitado em edital
18	BM CONSTRUTORA	Atende ao solicitado em edital
19	MIRAMAR	Atende ao solicitado em edital
20	GENTEC CONSTRUÇÕES EIRELI	Atende ao solicitado em edital

item		
9.10 do termo referênci a do projeto básico	Apresentar certidão de Capacidade Técnico do profissional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pertinente e compatível com o objeto da licitação. Itens de maior relevância a serem observado de acordo om item 9.10 do termo de referência	
JULGAMENTO		
Nº	EMPRESA	SITUAÇÃO
01	L MONTEIRO	Atende ao solicitado em edital
02	PROENG CONSTRUÇÕES	Atende ao solicitado em edital
03	PRUDENTE E CIA CONSTRUTORA	NÃO Atende ao solicitado em edital
04	PERFIL ENGENHARIA	Atende ao solicitado em edital
05	CONSTRUTORA TERRA FORTE LTDA	Atende ao solicitado em edital
06	JR ENGENHARIA LTDA	Atende ao solicitado em edital
07	WL ENGENHARIA	Atende ao solicitado em edital
08	VEGAS CONSTRUÇÕES CIVIL E LOCAÇÕES LTDA	Atende ao solicitado em edital
09	STC ONSTRUÇÕES LTDA	Atende ao solicitado em edital
10	JC3 ENGENHARIA LTDA	Atende ao solicitado em edital
11	F.J. SANTANA ENGENHARIA EIRELI	Atende ao solicitado em edital
12	WT CONSTRUÇÕES LTDA	Atende ao solicitado em edital
13	SELETA COMERCIO EMPREENDIMENTOS	Atende ao solicitado em edital
14	FERRARI ENPREENDIEMENTOS EIRELI	Atende ao solicitado em edital
15	PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Atende ao solicitado em edital
16	RM ENGENHARIA EIRELI	Atende ao solicitado em edital
17	WSO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	Atende ao solicitado em edital
18	BM CONSTRUTORA	Atende ao solicitado em edital
19	MIRAMAR	Atende ao solicitado em edital
20	GENTEC CONSTRUÇÕES EIRELI	Atende ao solicitado em edital

DA DISCUÇÃO DOS FATOS:

Foram conferidos os itens referentes a capacitação técnico-profissional dos responsáveis pela execução dos serviços a serem contratados, não aceitando a reposição de quaisquer outros documentos que possam interferir no julgamento deste.

DA CONCLUSÃO:

De acordo com o exposto, tem-se como parecer favorável, ao presidente da comissão de licitações ou autoridade hierárquica superior a **HABILITAÇÃO TÉCNICA** das empresas:

ORDEM	EMPRESA
01	L MONTEIRO
02	PROENG CONSTRUÇÕES

04	PERFIL ENGENHARIA
05	CONSTRUTORA TERRA FORTE LTDA
06	JR ENGENHARIA LTDA
07	WL ENGENHARIA
08	VEGAS CONSTRUÇÕES CIVIL E LOCAÇÕES LTDA
09	STC ONSTRUÇÕES LTDA
10	JC3 ENGENHARIA LTDA
11	F.J. SANTANA ENGENHARIA EIRELI
12	WT CONSTRUÇÕES LTDA
13	SELETA COMERCIO EMPREENDIMENTOS
14	FERRARI ENPREENDIMENTOS EIRELI
15	PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
16	RM ENGENHARIA EIRELI
17	WSO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
18	BM CONSTRUTORA
19	MIRAMAR
20	GENTEC CONSTRUÇÕES EIRELI

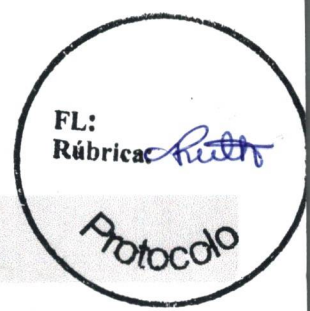
JOÃO PAULO DE AMORIM NETO
Engenheiro Civil - CREA/AL

Minador do negrão (AL), 07 de março de 2023.



**RESULTADO DE JULGAMENTO
DA TOMADA DE PREÇOS DE Nº 001/2023**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Minador do Negrão, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação, referente a licitação Tomada de Preços 001/2023, que tem como objeto a construção de uma unidade básica de saúde, Tipo I, na zona rural do Município de Minador do Negrão. **1 - Julgadas Habilitadas as empresas** : L MONTEIRO ENGENHARIA, PROENGE CONSTRUÇÕES ,PERFIL ENGENHARIA, CONSTRUTORA TERRA FORTE LTDA, JR ENGENHARIA LTDA, WL ENGENHARIA, VEGAS CONSTRUÇÕES CIVIL E LOCAÇÕES LTDA, SCT CONSTRUÇÕES LTDA, JC3 ENGENHARIA LTDA, F J SANTANA ENGENHARIA EIRELLI, WT CONSTRUÇÕES LTDA, SELETA COMERCIO EMPREENDIMENTOS, FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELLI, PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, RM ENGENHARIA EIRELLI , WSO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, BM CONSTRUTORA, MIRAMAR CONSTRUTORA , GENTEC CONSTRUÇÕES EIRELLI por atenderem as exigências do Edital. **2 – Julgada Inabilitada a Empresa: PRUDENTE E CIA CONSTRUÇÕES LTDA ME (por não atender aos itens 6.2.3 e 6.2.3.1 do edital).** Dessa decisão, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação na imprensa oficial, de acordo com o Art. 109, da Lei Federal nº 8666/93 e os autos encontram-se com vistas franqueadas a quaisquer interessados. Não havendo recurso, fica desde já designado o dia 29 de março de 2023, às 08:30h, para abertura das propostas. Havendo recurso, os licitantes serão comunicados e nova data será designada. **Vanessa Maria Pinto da Silva Barros** - Presidente da CPL



EXCELENTÍSSIMA SENHORA VANESSA MARTA PINTO DA SILVA BARROS, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO – AL

Processo administrativo 42023200010001/2023

Tomada de preços nº 01/2023

Ref: Inabilitação equivocada

A PRUDENTE E CIA CONSTRUÇÕES LTDA. ME, pessoa jurídica do direito privado, estabelecida na av. 02 de dezembro, nº 1063, Bairro Centro, Município de Olho d'Água das Flores – AL, neste ato representado pelo Sr TIAGO LUCAS NEVES PRUDENTE, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob o nº 028.576.314-80, e RG sob o nº 1611367 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade de Olho d'Água das Flores, Estado de Alagoas, vem respeitosamente, perante vossa senhoria, dentro do prazo legal e nos termos do item 12 e sub item 12.1, do Edital da Tomada de Preços nº 001/2023 e do art 109, I, “a” da lei 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão LAVRADA NA DECISÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIOS DE ALAGOAS NO DIA 20 DE MARÇO DE 2023, DESABILITADO no procedimento licitatório sob motivo injustificado, expondo par tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos

1. No dia 08 de fevereiro de 2023, às 08:08hs a recorrente protocolou toda a sua documentação de participação envelopes 01 e 02 inclusive, credenciamento, através de protocolo assinado por membros desta comissão, conforme anexo nesta, para a participação da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023, originada do processo administrativo 42023200010001/2023, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente à Construção de uma UBS Unidade Básica de Saúde (Tipo I – Localizada no Povado Jiquiri – Município de Minador do Negrão\ AL.
2. Obedecendo aos preceitos do edital da licitação, a recorrente apresentou o credenciamento fora dos invólucros nº 01 e 02.
3. Os documentos de habilitação das licitantes, inclusive da recorrente, foram abertos e em seguida suspensos para análise das mesmas
4. Ocorre que a Comissão Permanente de Licitações se reuniu, para proceder a análise dos documentos de habilitação da Tomada de Preços nº 001/2023, uma vez que a mesma havia apresentado todos os documentos de habilitação solicitados

Av. 02 de Dezembro, 1063 – Centro – Olho d'Água das Flores – AL
CEP: 57442-000 – Fonefax: (82) 3623 2320 / 9946 7389
CNPJ: 26.625.669/0001-62
novaconstrucoes@outlook.com



EM BRANCO

5. No entanto, doutra Comissão publica no dia 20 de março de 2023 no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a inabilitação da recorrente alegando o descumprimento dos itens 6.2.3 e 6.2.3.1, do edital.

6. A recorrente foi surpreendida com tal decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitações.

7. Ora, “data-venia”, o membro que comanda a análise dos documentos, só pode ter se equivocado na inabilitação da recorrente, fato que deixa de analisar todo conteúdo que foi apresentado em seu envelope de habilitação.

8. A conduta do julgamento e emissão dos atos administrativos mostra-se completamente regular, atentando aos princípios que norteia as licitações públicas. Sendo que, nunca podendo prevalecer de forma alguma, vícios que acaba restringindo a participação de licitantes habilitados o que de certa forma, é vedado pela lei federal 8.666/1993, e em seu art. 3º, § 1º, I, vejamos:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio das licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.” (Grifos nossos.)

9. Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irreligável na licitação.



EM BRANCO



FL:
Rúbrica *Luca*

Protocolo

10. Celso A. Bandeira de Mello afirma que “o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis por razões lógicas e substancialmente (isto é, face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento”.

11. Em face das razões expostas a recorrente requer desta mui digna Comissão Permanente de Licitações o que segue:

11.1 REQUER que a CPL se digne em rever e reformular a decisão exarada, mas precisamente habilitando a recorrente, por apresentar todos os documentos solicitados;

11.2 A Recorrente requer que a CPL ao analisar a documentação no item 6.2.3 e 6.2.3.1 dos seus documentos de habilitação observe os mesmos itens, pois o referido edital pede que tais documentos onde o edital fala dos determinados itens sejam juntos no (**envelope 02**) como esta claro no referido edital item 6.2.3 e sub item 6.2.3.1, enviado por esta comissão, quando solicitado pela recorrente conforme anexo neste. Assim sendo, a recorrente atende as exigências edilícias.

11.2. Não sendo acatado o pedido a cima formulado **REQUER** que se digne V. Exa. De fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, afim de que a mesma o aprecie, como de direito;

11.3 **PEDE** sejam intimadas as demais licitantes, para, querendo, impugnam o presente recurso administrativo.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Documento assinado digitalmente
gov.br TIAGO LUCAS NEVES PRUDENTE
Data: 23/03/2023 18:10:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIAGO LUCAS NEVES PRUDENTE
Sócio Administrador
CPF. 028.576.314-80

Av. 02 de Dezembro, 1063 – Centro – Olho d' Água das Flores – AL
CEP: 57442-000 – Fonefax: (82) 3623 2320 / 9946 7389
CNPJ: 26.625.669/0001-62
novaconstrucoes@outlook.com



EM BRANCO

[Faint, illegible text throughout the page, likely bleed-through from the reverse side.]

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro – AL – LOCATÁRIO

Aracy Lopes dos Passos Monteiro – LOCADORA

Publicado por:

Letícia Maria de Lima e Silva

Código Identificador:3F6F9224

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS DE Nº 01/2023

Encontra-se aberta na **PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO, AL** a TOMADA DE PREÇOS nº 01/2023, Objeto: Contratação de Empresa especializada em obra de engenharia para a Construção de uma UBS Unidade Básica de Saúde na Zona Rural de Minador do Negrão, Alagoas. Entrega dos envelopes de documentos: Dia 08 de Fevereiro de 2023, até às 08:30 horas, na sala de reunião da Prefeitura Municipal de Minador do Negrão, AL Departamento de Licitação, localizado na Avenida Belarmino Vieira, Nº 32, Centro, CEP: 57.615-000.

O edital em inteiro teor estará à disposição através do site, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.minadordonegrao.al.gov.br> ou ainda pelo e-mail cplminadordonegrao2021@gmail.com. Informamos que todas as informações, dúvidas, deverão ser através de email, ou por contato telefônico, através dos números: 82 (99301-1038) ou 82- 99969-2380.

Minador do Negrão /AL, 20 de janeiro de 2023.

VANESSA MARIA PINTO DA SILVA BARROS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:

Felipe da Silva Santana

Código Identificador:70D9C980

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOTEIRÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 001/2023-SRP- Tipo: Menor Preço por Item, Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Móveis, Eletro - eletrônico: data/horário: 03 de fevereiro de 2023, às 09:30hs (horário de Brasília). O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no site <http://bnc.org.br/>, a partir das 09:00hrs, e através do email: cplmonteirópolis2022@gmail.com

Monteirópolis/AL, 24/01/2023.

MAILSON MENDONÇA LIMA
Prefeit

Publicado por:

Wilians Altieres Fontes

Código Identificador:93071F74

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Olho d' Água das Flores / AL, Estado de Alagoas no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições das Leis nº. 8.666/93 e o que consta no processo administrativo nº 1205005.1/2022, **RATIFICA** a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 05/2023, que culminou na Contratação de empresa especializada em preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo. inscrito no CNPJ nº 46.470.245/0001-83, localizada na Rua Vereador Antônio Machado Guimarães, 22, Centro, Pão de Açúcar – Estado de Alagoas, CEP de nº 57.400-000, no valor Global de **RS RS 17.400,00 (Dezessete Mil, Quatrocentos Reais)**.

Olho d'água das Flores – AL, 23 de janeiro de 2023.

JOZELIA VIEIRA CAVALCANTE

Presidenta

Publicado por:

Daniele Nobre de Melo

Código Identificador:C3D23038

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 003/2023

Tipo: Menor preço por lote

Processo nº 20221117009AVFG

Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos e áudio visual para serem utilizados nas escolas da rede municipal de ensino.

Data de realização: 06 de fevereiro de 2023, às 09h00min.

Informações: cpl.odf@hotmail.com

LUCIANO DA SILVA SOUSA

Pregoeiro

Publicado por:

Jaime Nunes

Código Identificador:32EF9487

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Aviso de Cotação de Preços

O Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores/AL, convida as empresas especializadas no fornecimento **caixas reservatórios de polietileno**, a participarem da modalidade de Dispensa de Licitação (Art 75, II da Lei 14.133/2021), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esporte do Município de Olho d'Água das Flores/AL.O formulário de cotação deverá ser solicitado através do e-mail setorcomprasodf@gmail.com. As cotações deverão ser enviadas no prazo máximo de até 03 (três) dias a contar da data da publicação.

Olho d'Água das Flores – AL, 23 de janeiro de 2023.

ADÉLIA CRISTINA ABREU SILVA

Departamento de Compras

Publicado por:

Layne de Lima Vitor

Código Identificador:C16BF74C

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVENÇA



EM BRANCO

Publicado por:
Arnaldo de Araujo Alecio
Código Identificador:5941BE79

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATRIZ DE CAMARAGIBE

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento do Setor de compras, informa que está recebendo cotações para o processo abaixo descrito:

Processo nº. 004/2023. Objeto: Aquisição de passagens aéreas. 03 (três) passagens aéreas saindo de Maceió / AL no dia 27/03 (ou data próxima) com destino a Foz do Iguaçu / PR e retornando no dia 01/04 (ou data próxima).

Prazo para envio das propostas: Até terça-feira dia 21/03/2023 as 12h. Maiores informações no endereço: Praça Bom Jesus, Centro, Matriz de Camaragibe - AL, 57910-000 | Horários de Atendimento: 08h às 14h pelo e-mail: licitacoesmatrizdecamaragibe@gmail.com. (82) 98121-6866

Matriz de Camaragibe/AL,

20 de março de 2023

Departamento do Setor de Compras

Publicado por:
Jean Nascimento dos Santos
Código Identificador:00413F4B

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÕES

A Secretaria de Administração e as demais secretarias, vem solicitar de todos os interessados, cotações de preços para contratação de empresa especializada nos serviços de lavagem de veículos de grande, médio e pequeno porte, na forma do Art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021, demonstrando o interesse em obter propostas adicionais de interessados, para que seja selecionada a proposta mais vantajosa. Informamos que os interessados a participar desta cotações/propostas, deverão enviar e-mail para comprasmessias@outlook.com solicitando o Termo de Referência, para envio da proposta que devem ser enviadas no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar desta publicação no mesmo e-mail.

Segue abaixo as especificações do(s) objeto(s), quantitativo(s) e tamanhos (s) a ser(em) adquirido(s)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT. MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Lavagem de veículo pequeno	unidade	52		
2	Lavagem de veículo médio	unidade	8		
3	Lavagem de veículo grande	unidade	11		
4	Lavagem de Máquinas pesadas	unidade	3		

Messias, 17 de março de 2023

GLAUCIENE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Jose Dolberon da Silva
Código Identificador:AE7EF60A

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando o relatório apresentado pela Pregoeira e Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº 2023 520231301001 relativo à licitação do tipo Pregão Eletrônico nº05/2023, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEIXES DO TIPO CASTANHA PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FAMÍLIAS CARENTES DESTE MUNICÍPIO NO PERÍODO DA SEMANA SANTA**, considerando ainda, a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido procedimento licitatório e o que mais consta dos autos do mencionado processo, **HOMOLOGO** a deliberação da Pregoeira e equipe de apoio constante no relatório supracitado para todos os efeitos previstos em lei e **ADJUDICO** o objeto da Ata de Registro de Preços a licitante:

MARIA ALIMENTOS E PRODUTOS LTDA inscrita no CNPJ nº 05.120.891/0001-33 estabelecida na RUA DEP. JOSE TAVARES Nº17, Torrões, Girau do Ponciano/AL, representada pela Sr.ª Maria Adriana Firmino da Rocha, CPF nº 039.856.094-38 e RG nº 1326952-SSP/AL, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado no Lot. Alvorada, s/nº, Unidade - C 20, Santa Lúcia, Maceió/AL, CEP 57.082-560, que apresentou o segundo menor preço para o único item do certame, perfazendo o valor global de **R\$51.960,00 (cinquenta e um mil novecentos e sessenta reais)**.

Minador do Negrão/AL, 17 de março de 2023.

JOSIAS SOARES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:35B3D48E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO
DA TOMADA DE PREÇOS DE Nº 001/2023

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Minador do Negrão, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação, referente a licitação Tomada de Preços 001/2023, que tem como objeto a construção de uma unidade básica de saúde, Tipo I, na zona rural do Município de Minador do Negrão. **1 - Julgadas Habilitadas as empresas**: L MONTEIRO ENGENHARIA, PROENGE CONSTRUÇÕES, PERFIL ENGENHARIA, CONSTRUTORA TERRA FORTE LTDA, JR ENGENHARIA LTDA, WL ENGENHARIA, VEGAS CONSTRUÇÕES CIVIL E LOCAÇÕES LTDA, SCT CONSTRUÇÕES LTDA, JC3 ENGENHARIA LTDA, F J SANTANA ENGENHARIA EIRELLI, WT CONSTRUÇÕES LTDA, SELETA COMERCIO EMPREENDIMENTOS, FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELLI, PONTUAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, RM ENGENHARIA EIRELLI, WSO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, BM CONSTRUTORA, MIRAMAR CONSTRUTORA, GENTEC CONSTRUÇÕES EIRELLI por atenderem as exigências do Edital. **2 - Julgada Inabilitada a Empresa: PRUDENTE E CIA CONSTRUÇÕES LTDA ME (por não atender aos itens 6.2.3 e 6.2.3.1 do edital)**. Dessa decisão, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação na imprensa oficial, de acordo com o Art. 109, da Lei Federal nº 8666/93 e os autos encontram-se com vistas franqueadas a quaisquer interessados. Não havendo recurso, fica desde já designado o dia 29 de março de 2023, às 08:30h, para abertura das propostas. Havendo recurso, os licitantes serão comunicados e nova data será designada.

VANESSA MARIA PINTO DA SILVA BARROS -
Presidente da CPL



EM BRANCO

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:BCCF2290

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO AL

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023

O Município de Minador do Negrão – AL, torna público que estará recebendo, documentação para Credenciamento, objetivando a contratação de Leiloeiro Oficial, para realização de Leilões Públicos, visando a alienação de bens inservíveis, incluindo nesta contratação, o levantamento dos bens, a avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão e todos os procedimentos decorrentes do mesmo. O credenciamento encontra-se fundamentado nas disposições contidas na Constituição Federal, Lei 8.666/93, o Decreto nº 21.981, de 19/10/1932, Instrução Normativa nº 113/2010/DNRC, bem como, pelas disposições fixadas no Edital e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração de contrato de credenciamento, conforme as condições estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos. O recebimento dos protocolos ocorrerão a partir do dia 21/03/2023 as 08:00 (oito) horas e o edital estará aberto por 12 (doze) meses, contados da publicação do aviso na imprensa oficial. O credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo durante seu período de vigência, receber novos credenciados, que serão classificados nas condições previstas no edital.

VANESSA MARIA PINTO DA SILVA BARROS
Presidente CPL

Publicado por:
Vanessa Maria Pinto da Silva Barros
Código Identificador:68D1B9FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato – (Dispensa)
Extrato do Contrato Nº. 04/2023

Processo: 120233001002/2023

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO e o prestador de serviço CLARO S/A CNPJ: 40.432.544/0001-47

Objeto: A prestação de serviço do presente contrato é a contratação de Empresa especializada em serviços de linhas telefônicas com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, localizada no município Minador do Negrão/AL.

Dotação Orçamentária: Funcional Programática:
04.122.0002.2003

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

Funcional Programática: 04.122.0003.2008

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTOS.

Funcional Programática: 04.123.0003.2010

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Funcional Programática: 12.361.0007.4001

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO.

Funcional Programática: 10.301.0005.6002

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional Programática: 10.301.0005.6006

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – FUS.

Funcional Programática: 08.122.0006.8001

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional Programática: 08.243.0006.8019

Projeto/Atividade: MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANCAS E ADOLESCENTE

Natureza da Despesa: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.
Valor: R\$ 4.308,00 (quatro mil trezentos e oito reais)
Amparo Legal: Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações
Vigência: da data da assinatura até 12 (doze) meses.
Data da Assinatura: 13/03/2023

JOSIAS SOARES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:969FA990

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO

Processo nº: 320232402007 – Secretaria Municipal de Educação
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de Empresa ou Pessoa Física especializada em confecção de ovos de chocolate.

A Secretaria Municipal de Educação de Minador do Negrão, através do Departamento de compras, Licitação e contratos informa que está recebendo cotações para o processo acima descrito:

Prazo para envio das propostas: 03 (Três) dias úteis a partir desta publicação.

Informações: Rua Belarmino Vieira Barros, 32 – Centro – Minador do Negrão - AL - CEP 57615-000, Fone: 82) 99304-4054 ou (82) 99301-1038 pelo Email: comprasminador2021@gmail.com.

FELIPE DA SILVA SANTANA
Gerente de Compras

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:87075BAB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS A FIM DE ATENDER AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO/AL ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. DATA, HORA E LOCAL: 31 de março de 2023, às 09:30h, na plataforma: www.bnc.org.br. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei 147 de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos. **INFORMAÇÕES:** O Edital encontra-se disponível no endereço acima citado das 8h00 às 13h00, nos endereços eletrônicos: www.bnc.org.br; <http://lai.minadordonegrao.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao> e no E-mail: cplminadordonegrao2021@gmail.com.

RAILMA ALENCAR CORREIA DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Felipe da Silva Santana
Código Identificador:E1655A28

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO



EM BRANCO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.2.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.2.2.8. Os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista deverão ter sido expedidos a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estes não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor.

6.2.3. Qualificação Técnica:

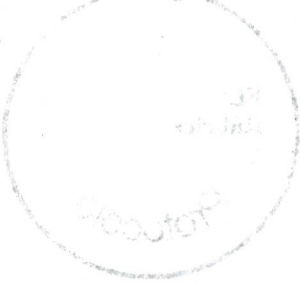
6.2.3.1. Os licitantes deverão observar as disposições previstas no item 9.12. Qualificação Técnica do Projeto Básico, o qual estabelece as exigências e os documentos relativos à qualificação técnica que deverão ser apresentados no Envelope 02 – habilitação.

6.2.3.2. O descumprimento de qualquer exigência prevista no Projeto Básico ensejará a INABILITAÇÃO da empresa.

6.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

6.2.5. A habilitação econômico-financeira far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.2.6. Certidão negativa de protesto, falência ou recuperação judicial ou



EM BRANCO





FL:

Rúbrica: *[assinatura]*

Protocolo

EXCELENTÍSSIMA SENHORA VANESSA MARTA PINTO DA SILVA BARROS, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO – AL

Processo administrativo 42023200010001/2023

Tomada de preços nº 01/2023

Ref: Inabilitação equivocada

A PRUDENTE E CIA CONSTRUÇÕES LTDA. ME, pessoa jurídica do direito privado, estabelecida na av. 02 de dezembro, nº 1063, Bairro Centro, Município de Olho d'Água das Flores – AL, neste ato representado pelo Sr TIAGO LUCAS NEVES PRUDENTE, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob o nº 028.576.314-80, e RG sob o nº 1611367 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade de Olho d'Água das Flores, Estado de Alagoas, vem respeitosamente, perante vossa senhoria, dentro do prazo legal e nos termos do item 12 e sub item 12.1, do Edital da Tomada de Preços nº 001/2023 e do art 109, I, “a” da lei 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão LAVRADA NA DECISÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIOS DE ALAGOAS NO DIA 20 DE MARÇO DE 2023, DESABILITADO no procedimento licitatório sob motivo injustificado, expondo par tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos

1. No dia 08 de fevereiro de 2023, às 08:08hs a recorrente protocolou toda a sua documentação de participação envelopes 01 e 02 inclusive, credenciamento, através de protocolo assinado por membros desta comissão, conforme anexo nesta, para a participação da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023, originada do processo administrativo 42023200010001/2023, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia referente à Construção de uma UBS Unidade Básica de Saúde (Tipo I – Localizada no Povado Jiquiri – Município de Minador do Negrão\ AL.

2. Obedecendo aos preceitos do edital da licitação, a recorrente apresentou o credenciamento fora dos invólucros nº 01 e 02.

3. Os documentos de habilitação das licitantes, inclusive da recorrente, foram abertos e em seguida suspensos para análise das mesmas

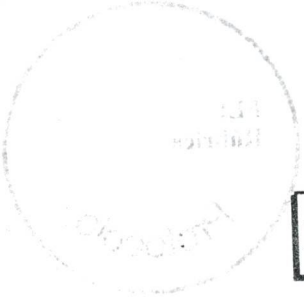
4. Ocorre que a Comissão Permanente de Licitações se reuniu, para proceder a análise dos documentos de habilitação da Tomada de Preços nº 001/2023, uma vez que a mesma havia apresentado todos os documentos de habilitação solicitados

Av. 02 de Dezembro, 1063 – Centro – Olho d'Água das Flores – AL

CEP: 57442-000 – Fonefax: (82) 3623 2320 / 9946 7389

CNPJ: 26.625.669/0001-62

novaconstrucoes@outlook.com



EM BRANCO

5. No entanto, doutra Comissão publica no dia 20 de março de 2023 no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a inabilitação da recorrente alegando o descumprimento dos itens 6.2.3 e 6.2.3.1, do edital.

6. A recorrente foi surpreendida com tal decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitações.

7. Ora, “data-venia”, o membro que comanda a análise dos documentos, só pode ter se equivocado na inabilitação da recorrente, fato que deixa de analisar todo conteúdo que foi apresentado em seu envelope de habilitação.

8. A conduta do julgamento e emissão dos atos administrativos mostra-se completamente regular, atentando aos princípios que norteia as licitações públicas. Sendo que, nunca podendo prevalecer de forma alguma, vícios que acaba restringindo a participação de licitantes habilitados o que de certa forma, é vedado pela lei federal 8.666/1993, e em seu art. 3º, § 1º, I, vejamos:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio das licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.” (Grifos nossos.)

9. Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irrefragável na licitação.

EM BRANCO





FL:
Rúbrica *[assinatura]*

Protocolo

10. Celso A. Bandeira de Mello afirma que “o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis por razões lógicas e substancialmente (isto é, face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento”.

11. Em face das razões expostas a recorrente requer desta mui digna Comissão Permanente de Licitações o que segue:

11.1 REQUER que a CPL se digne em rever e reformular a decisão exarada, mas precisamente habilitando a recorrente, por apresentar todos os documentos solicitados;

11.2 A Recorrente requer que a CPL ao analisar a documentação no item 6.2.3 e 6.2.3.1 dos seus documentos de habilitação observe os mesmos itens, pois o referido edital pede que tais documentos onde o edital fala dos determinados itens sejam juntos no **(envelope 02)** como esta claro no referido edital item 6.2.3 e sub item 6.2.3.1, enviado por esta comissão, quando solicitado pela recorrente conforme anexo neste. Assim sendo, a recorrente atende as exigências edilícias.

11.2. Não sendo acatado o pedido a cima formulado **REQUER** que se digne V. Exa. De fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, afim de que a mesma o aprecie, como de direito;

11.3 **PEDE** sejam intimadas as demais licitantes, para, querendo, impugnarem o presente recurso administrativo.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Documento assinado digitalmente
gov.br TIAGO LUCAS NEVES PRUDENTE
Data: 23/03/2023 18:10:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TIAGO LUCAS NEVES PRUDENTE
Sócio Administrador
CPF. 028.576.314-80

Av. 02 de Dezembro, 1063 – Centro – Olho d’ Água das Flores – AL
CEP: 57442-000 – Fonefax: (82) 3623 2320 / 9946 7389
CNPJ: 26.625.669/0001-62
novaconstrucoes@outlook.com



EM BRANCO



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 2023 120232403001, apensado aos autos do processo principal nº 420232001001/2023.

Procedimento Licitatório: Tomada de Preços nº 01/2023.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para execução de obra de engenharia referente à Construção de uma UBS - Unidade Básica de Saúde (Tipo I) localizada no Povoado Jiquiri no Município de Minador do Negrão, AL.

Recorrente: PRUDENTE & CIA CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Recorrida: CPL DE MINADOR DO NEGRÃO.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa PRUDENTE & CIA CONSTRUTORA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.625.669/0001-62, em face do resultado do julgamento da habilitação da Tomada de Preços em referência, haja vista haver sido inabilitada, por descumprir o item 6.2.3 e 6.2.3.1 do Edital, referente a qualificação técnica.

O presente julgamento das razões será analisado considerando os termos do recurso impetrado.

Das Preliminares

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação.

Da Alegações da Recorrente

Em suma, a recorrente articula em suas razões, no entender da CPL, que apresentou toda sua documentação de habilitação técnica exigida no edital nos itens 6.2.3 e 6.2.3.1, entretanto, informando que o Edital direciona para o envelope 2, o momento de apresentação de tal documentação.

Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso, para que seja revista a decisão e a empresa considerada habilitada.

Da Decisão

Dispõe o item 6.2.3 do Edital:

*“ Os Licitantes deverão observar as disposições previstas no item 9.12. Qualificação Técnica do Projeto Básico, o qual estabelece as exigências e os documentos relativos à qualificação técnica que deverão ser apresentados no Envelope – 02 – **Habilitação**. O descumprimento de qualquer exigência prevista no Projeto Básico ensejará a INABILITAÇÃO da empresa.*



Pois bem! Sem maiores delongas e sem nada mais evocar, há que se considerar que o Edital é claro, tanto é, que a exigência de qualificação técnica é requisito de HABILITAÇÃO, conforme estabelece o art. 27, II, da Lei Federal 8.666/93, adiante transcrito, para além disso, tal exigência, encontra-se estabelecida no rol dos itens do Edital, pertinente a HABILITAÇÃO, indo mais distante, é de se observar, que houve apenas um erro de digitação em relação ao numeral alusivo ao "envelope", entretanto, ao lado do numeral, consta claramente: HABILITAÇÃO, logo, não é razoável concluir que tais documentos seriam lançados, supostamente, noutro local, senão no envelope de HABILITAÇÃO, sobretudo, quando se trata de empresa que participa constantemente de procedimento licitatório.

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a
(...)
II - qualificação técnica;

Dessa forma, reanalisando os documentos de habilitação da recorrente e observando que a mesma deixou de apresentar os documentos de habilitação técnica, entende-se que deve permanecer inabilitada.

Ante todo o exposto, com base nas razões retro, a comissão permanente de licitação, entende pelo conhecimento do recurso interposto, por preencher os requisitos legais, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO A INABILITAÇÃO da empresa PRUDENTE E & CIA CONSTRUTORA LTDA - ME.

Considerando a decisão, entende a CPL que deve permanecer inalterada a data para abertura das propostas, das demais empresas habilitadas.

À Autoridade Competente, para análise e deliberação.

Minador do Negro/AL, 28 de março de 2023.

Vanessa Barros

Vanessa Maria Pinto da Silva Barros
Presidente CPL

Janilde de Oliveira

Janilde de Oliveira Nolasco Correia
Membra

José Ilton Soares
Membro

MUNICÍPIO DE MINADOR DO NEGRÃO \ AL
HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 420232001001\2023

O Prefeito do Município de Minador do Negrão, com base no artigo 43, inciso VI da Lei nº 8.666/1993, **resolve: HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referente à Tomada de Preços nº 01/2023, para execução de obra de engenharia, referente a Construção de uma Unidade Básica de Saúde, Tipo I, no povoado jiquiri na zona rural Municipal. **ADJUDICAR** o objeto do certame à empresa **MIRAMAR CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.035.491\0001-22** pelo valor total de R\$ **789.675,52** (setecentos e oitenta e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Josias Soares da Silva
Prefeito

Extrato de Contrato

Contrato nº TP01/2023 – Processo nº 420232001001\2023 – Tomada de Preços nº 01/2023 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 – Contratada: **MIRAMAR CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.491\0001-22, pelo valor total de R\$ 789.675,52 (setecentos e oitenta e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos – Objeto: execução de obra de engenharia referente a Construção de uma Unidade Básica de Saúde, Tipo I , no Povoado do Jiquiri , na zona rural do Município de Minador do Negrão , AL.